
Relatório
de
Governo
Societário
2021

2021

**Parques de Sintra -
Monte da Lua S.A.**

Handwritten initials and signatures in blue ink.



Parques de Sintra
Monte da Lua

Índice

I.	Síntese (Sumário Executivo).....	2
II.	Missão, Objetivos e Políticas.....	7
III.	Estrutura de capital.....	9
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	10
V.	Órgãos Sociais e Comissões.....	10
	A. Modelo de Governo.....	10
	B. Assembleia Geral.....	10
	C. Administração e Supervisão.....	11
	D. Fiscalização.....	14
	E. Revisor Oficial de Contas (ROC).....	18
	F. Conselho Consultivo (caso aplicável).....	19
	G. Auditor Externo (caso aplicável).....	19
VI.	Organização Interna.....	20
	A. Estatutos e Comunicações.....	20
	B. Controlo interno e gestão de riscos.....	22
	C. Regulamentos e Códigos.....	25
	D. Deveres especiais de informação.....	26
	E. Sítio na Internet.....	26
	F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	27
VII.	Remunerações.....	27
	A. Competência para a Determinação.....	27
	B. Comissão de Fixação de Remunerações.....	28
	C. Estrutura das Remunerações.....	28
	D. Divulgação das Remunerações.....	28
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras.....	30
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.....	30
X.	Avaliação do Governo Societário.....	45
XI.	ANEXOS DO RGS.....	47

I. Síntese (Sumário Executivo)

À Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A. (doravante, PSML), sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000, pelo Decreto-Lei n.º 25/2000, de 2 de setembro, na sequência da classificação da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade, foi confiada a gestão dos mais importantes valores públicos, naturais e culturais situados naquela zona classificada, para que procedesse à sua recuperação, requalificação e revitalização, abrindo-os à fruição pública e potenciando a sua valência turística.

Em 2007, pelo Decreto-Lei n.º 292/2007, de 21 de agosto, a empresa recebeu para gestão o Palácio Nacional da Pena e o contrato de concessão do Hotel do Palácio de Seteais. Em 2012, pelo Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 de agosto, a empresa recebeu também a gestão dos Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz. Pelo mesmo DL 205/2012, a PSML recebeu ainda as atribuições de serviço público delegadas pelo Estado relativas à manutenção e desenvolvimento das atividades da Escola Portuguesa de Arte Equestre (EPAE). Quanto ao modelo de governo societário, a PSML adota o modelo monista com um Conselho de Administração constituído por três administradores executivos.

No ano de 2021, as receitas da PSML foram ainda fortemente impactadas pela pandemia COVID-19, tendo a empresa iniciado o exercício do ano 2021 com a atividade bastante reduzida, pois viu-se obrigada a encerrar os seus equipamentos e fontes geradoras de receita, a partir da primeira quinzena do mês de janeiro, em consequência da suspensão da sua atividade no âmbito do Estado de Emergência¹. Note-se que a abertura dos monumentos ao público só viria a acontecer a 05 de abril, acumulando, assim, 2 meses de ausência total de receitas a igual período já verificado no ano transato.

Devido a este enquadramento excecional, foi elaborada uma Nota Informativa de revisão do Plano de Atividades e Orçamento de 2021, tendo a mesma sido deliberada favoravelmente por unanimidade na Assembleia Geral de 19 de março de 2021 (cfr. ponto n.º 7). Nesta atualização ao PAO 2021 original (elaborado em setembro de 2020 e aprovado em DUE a 2 de fevereiro de 2021), foi reduzida a receita prevista, foram realizados cortes nos gastos operacionais e também cortes e/ou prorrogações do prazo de execução de contratos nos investimentos. No tocante às receitas para 2021, as estimativas foram atualizadas com o pressuposto de reduzida atividade durante janeiro e total encerramento, sem receita, em fevereiro e março de 2021, e foi refletido um maior abrandamento do crescimento até ao final do ano de 2021.

O Volume de Negócios da PSML, no ano de 2021 mesmo com as sucessivas medidas para combater a Covid-19, impostas pelo Governo, foi de, aproximadamente, 10 milhões de euros. Se compararmos com o ano de 2019 (pré-pandemia) verifica-se uma quebra da receita em cerca de 71% (equivalente, aproximadamente, a menos 25 milhões de euros), mas, face ao ano de 2020, regista-se um aumento em cerca de 52% (cerca de 3 milhões de euros). A principal fonte de receita continua a ser a venda de bilhetes, que representa um peso de 79% do total das receitas, tal como sucedido em 2020. A atividade de restauração representa um peso de 9% e a receita das lojas 4% das receitas totais da PSML.

No exercício de 2021, os Resultados Operacionais libertos (antes de depreciações, provisões e perdas por imparidade) atingiram o valor positivo de 560.454 euros, que representa um ganho de 92% face a 2020. O Volume de Negócios aumentou, face ao homólogo, em 52%, para o valor de 10.308.062 euros, que se traduz num aumento de 3 506 276 euros. Mas, se compararmos com o ano de 2019, no período pós COVID-19, no ano de 2021, estes valores sofreram quedas na ordem -71% do Volume de Negócios e de -97% dos Resultados operacionais.

Para a diminuição das receitas face ao ano 2019, contribuíram os seguintes acontecimentos em 2021:

- o crescimento sustentado e sucessivo do setor do turismo em geral e da Parques de Sintra, em particular, foi abruptamente interrompido pela pandemia Covid-19 que assolou o mundo e tem tido consequências substanciais na sociedade e na economia;

¹ Cfr. n.º 2 do Anexo I ao Decreto n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro, que regulamenta o Estado de Emergência.



Parques de Sintra
Monte da Lua

- a diminuição do turismo internacional para níveis perto de zero, fruto das medidas impostas pelos Governos com as restrições à circulação ocorridas no ano de 2021;
- pela segunda vez desde o início da pandemia, o encerramento por Decreto da atividade da empresa para o período de 15 de janeiro a 04 de abril de 2021;
- o decréscimo de -72% das visitas aos polos sob gestão da PSML, face ao ano de 2019;
- a cessação da realização de eventos privados e empresariais, com impacto nas receitas de cedência de espaços e de *catering*, bem como de eventos culturais.

O tarifário anual único, implementado em outubro de 2018 por via da uniformização de procura entre época alta e época baixa, manteve-se ao longo do ano 2021 e prevê-se que se mantenha durante 2022, permitindo enriquecer a oferta com serviços complementares à visita, nomeadamente *slots* de horários de entrada e ferramentas digitais de disponibilização de conteúdos. Estes serviços, que incidem essencialmente no objetivo da dispersão espacial e temporal dos visitantes, evitando as filas de espera, resultam de uma busca constante pela modernização e pelo desenvolvimento de soluções tecnológicas que venham agilizar processos e assegurem a melhoria contínua das condições de acolhimento e da qualidade da visita, a par da otimização da eficiência dos serviços, e permanecem como pontos estratégicos para uma visita *seamless* (sem interrupções involuntárias e sem tempos de espera indesejados).

No ano de 2021, tal como no ano de 2020, a PSML continuou a sua aposta na diversificação de serviços, como a oferta de programas e experiências turísticas com valor e atratividade para quem delas usufrui, sem qualquer acréscimo de custos externos, potenciando os recursos humanos e patrimoniais existentes (visitas técnicas às zonas ocultas dos palácios, visitas exclusivas fora de horas, roteiros pedestres pelos parques e tapadas, piqueniques e outras atividades para famílias, etc.), de forma a dinamizar a procura interna, não obstante a dependência maioritária da atividade do turismo internacional, vital para a sustentabilidade da PSML. A PSML dedicou também especial atenção à melhoria da experiência de visita, procurando soluções para tornar o acesso aos locais de visitação mais cómodo, oferecendo mais experiências de visita regular a todos os públicos, incluindo a recuperação das áreas florestais como áreas que oferecem possibilidades de diversificação da oferta. Todas estas iniciativas, não obstante registarem bom *feedback* do público nacional, foram fortemente condicionadas pelas limitações do número máximo de participantes, impostas pela Direção-Geral de Saúde (DGS) à Área Metropolitana de Lisboa, e pelas condicionantes de acesso aos espaços resultantes da política de prevenção de incêndios florestais decretada pelo MAI.

A autonomização dos serviços jurídicos, com competências de validação interna de todos os procedimentos (exceto Ajustes Diretos Simplificados), trouxe eficiências na Contratação Pública, diminuindo por completo os serviços externos nesta área, e assegurou um processo segregado. Automatizaram-se alguns controlos da receita e foram implementados serviços de Gateway de pagamentos, mais abrangentes (mais canais de recebimento de receita) e mais eficientes (menor custo e controlo mais fácil). A PSML incentiva de forma concreta e objetiva que os recebimentos não sejam realizados em numerário, mas sim em cartões ou de outra forma eletrónica.

Com impacto nas contas do exercício de 2021 e nos resultados operacionais são também relevantes os gastos com a prevenção e combate aos fogos florestais, prioridade da empresa, não obstante a acentuada redução das receitas, que assim deu cumprimento à sua missão de proteção e salvaguarda do património da Paisagem Cultural de Sintra. Cumpre destacar: a limpeza e reflorestação da área florestal da Serra de Sintra, a manutenção de duas equipas de sapadores florestais em Protocolo com a Câmara Municipal de Sintra, a celebração de protocolos com a Câmara Municipal de Sintra e as 9 Corporações de Bombeiros do concelho, com o Regimento de Artilharia Antiaérea de Sintra para limpeza e vigilância da Serra de Sintra, a contínua ajuda financeira à GNR para recuperação e funcionamento dos postos de vigia de Nafarros, Alcoitão e Pedra Amarela. A PSML também detém 6 viaturas, aprovadas pelas Tutelas, de primeira intervenção (com bombas de água e equipamentos adequados conforme as regras da Proteção Civil), sendo responsável, em 2021, pelas respetivas manutenções e gastos inerentes para que continuassem operacionais.

Em setembro de 2019, foi assinado o Acordo de Empresa com o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP), o qual foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 35, de 22 de setembro de 2019, e no qual se encontram previstas condições mais favoráveis para os trabalhadores da PSML sindicalizados no SINTAP. Com a entrada em vigor deste Acordo de Empresa (AE), a Administração decidiu, igualmente, dar início a um processo voluntário de adesão para os trabalhadores da PSML não sindicalizados no SINTAP e que não estariam, de outra forma, abrangidos pelo AE. Em face do sucesso desta iniciativa e perante o interesse manifestado pelos trabalhadores, a Administração decidiu fazer estender as condições previstas no AE a todos os trabalhadores da PSML, incluindo os trabalhadores que não aderiram ao processo voluntário de adesão, bem como aos trabalhadores temporários que se encontrem ao serviço nos equipamentos geridos pela PSML. Em 2021, o Sistema de Avaliação e Gestão de Desempenho já foi totalmente aplicado em concordância com o AE.

No ano de 2021, a PSML encontrou-se obrigada a encerrar as suas instalações, com a consequente suspensão da sua atividade no âmbito do Estado de Emergência. Perante esta suspensão, sem qualquer receita face aos encargos salariais, a PSML conduziu uma análise exaustiva sobre as medidas de apoio extraordinário a que poderia recorrer. Dada a excecionalidade da situação, foram aprovados pelo Governo um conjunto de mecanismos de apoio no âmbito do Estado de Emergência, designadamente a renovação do denominado Lay-off Simplificado. Este apoio, cujas alterações normativas face a 2020 permitiram a candidatura da PSML, foi especificamente destinado a empresas que tiveram as suas atividades suspensas e os seus estabelecimentos encerrados por força de determinação legislativa, visando apoiar a manutenção dos postos de trabalho e mitigar as situações de crise empresarial, em caso de redução temporária do período normal de trabalho ou da suspensão do contrato de trabalho. Esta medida teve início a 1 de fevereiro e terminou no dia 4 de abril de 2021, com a consequente retoma progressiva da nossa atividade.

Todavia, tendo em conta as consequências da situação pandémica, o Governo decretou e adotou várias medidas de apoio no âmbito do Estado de Emergência, designadamente o Apoio Extraordinário para a Retoma Progressiva (AERP) em empresas em situação de crise empresarial, com redução temporária do período normal de trabalho. A PSML recolhia condições para requerer esta medida, tendo em consideração a situação de crise empresarial, com início a partir de dia 5 de abril. Em consequência da gradual, mas morosa, recuperação da atividade, a PSML mantém durante 2021 a adesão à medida de AERP por situação de crise empresarial com redução temporária do período normal de trabalho, tendo sido gradualmente ajustada a redução do período normal de trabalho dos colaboradores. Importa salientar que durante o período de Lay-off Simplificado e de AERP, e com vista à proteção dos rendimentos dos seus trabalhadores, foi sempre salvaguardada a retribuição mensal ilíquida de forma a garantir que não houvesse qualquer decréscimo das condições salariais dos trabalhadores.

Em 2021, o ativo líquido total atingiu o valor de 44.767.224 euros, representando os ativos não correntes 91,70% deste valor. O valor de investimentos em ativo fixo bruto realizados durante o ano de 2021 atingiu o montante de 1.293.259 euros, representando os trabalhos para a própria empresa cerca 10% deste valor, tendo-se mantido a política da PSML de internalizar a gestão e parte da execução dos projetos de recuperação e beneficiação do património, quer natural quer construído, sob a sua gestão. A renda devida à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), nos termos do DL n.º 205/2012, de 31 de agosto, que delega na PSML a gestão dos Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz, totalizou, durante o exercício de 2021, de 429.756,91 euros.

Os resultados financeiros resultaram do registo dos gastos de juros das operações de *renting* e dos gastos com os financiamentos, quer de juros quer de comissões.

A PSML é uma empresa pública, que não recebe qualquer transferência do Orçamento de Estado, financiando a totalidade da sua atividade (de funcionamento e de investimento) com a receita obtida unicamente através da exploração dos equipamentos sob sua gestão (bilheteiras, lojas, cafetarias e espaços para eventos). O facto de ter estado sem qualquer fonte de receita durante mais de quatro meses, dois meses em 2020 e outros dois meses em 2021, exerce novamente uma forte pressão na

tesouraria da empresa. Com a diminuição de 98% das receitas face ao PAO 2021 no primeiro trimestre de 2021, só foi possível as disponibilidades de tesouraria suportarem os compromissos assumidos, não obstante as severas medidas já tomadas para contenção de investimento e de gastos operacionais, com a contratação na Banca Comercial de financiamentos de curto e médio/longo prazo para equilíbrio da mesma.

Assim sendo, em março de 2021, a PSML contratou, após aprovação da Tutela, pareceres do IGCP e do Conselho Fiscal e de deliberação na Assembleia Geral, dois financiamentos com objetivo de manter a tesouraria equilibrada até final de agosto de 2022, dadas as estimativas de receitas, os gastos e os investimentos previstos:

- Um financiamento de Médio e Longo Prazo, no Banco Millennium BCP, a 6 anos, com 12 meses de carência de capital, no valor de 7.000.000 euros,
- Um financiamento na modalidade Conta Corrente Caucionada, no Banco Millennium BCP, no valor de 8.000.000 euros, sem comissão de imobilização.



Informação síntese

CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo		sim	não	data
Artigo 43.º	Apresentou plano de atividades e orçamento para 2021 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x		11-11-2020
	Obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2021	x		18-11-2020
Artigo 44.º	Divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x		
Artigo 45.º	Submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x		
Artigo 46.º	Elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2021	x		
Artigo 47.º	Adotou um código de ética e divulgou o documento	x		
Artigo 48.º	Tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada		x	
Artigo 49.º	Prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x		
Artigo 50.º	Implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x		
Artigo 51.º	Evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se absterem de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x		
Artigo 52.º	Evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	x		
Artigo 53.º	Providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na <i>internet</i> da Unidade Técnica	x		
Artigo 54.º	Apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x		

II. Missão, Objetivos e Políticas

1. A PSML tem como missão gerir os mais importantes valores naturais e culturais situados na zona da Paisagem Cultural de Sintra e em Queluz: o Parque e o Palácio da Pena, os Jardins e o Palácio de Monserrate, o Castelo dos Mouros, o Convento dos Capuchos, o Jardim e o Chalet da Condessa d'Edla e, desde 2012, os Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz e a Escola Portuguesa de Arte Equestre, sediada nos Jardins históricos de Queluz – e com apresentações no Picadeiro Henrique Calado, na Calçada da Ajuda (Belém). Em 2017, a PSML aumentou o seu âmbito de gestão, com a afetação de mais território e mais equipamentos, por parte do Estado. Nomeadamente, foram afetos à sua gestão o Farol do Cabo da Roca e os edifícios adjacentes, o Convento da Peninha, edifícios adjacentes e acessos e a zona do Perímetro Florestal junto ao Convento dos Capuchos (70 hectares). Em 2018, os equipamentos sob gestão da PSML já incluíram a Tapada do Schindler, a Tapada do Borges, a Tapada do Inhaca, a Tapada do Mouco, a Tapada do Ramalhão, a Tapada dos Bichos, a Tapada do Saldanha/Quinta da Penha Longa, o Parque das Merendas, a Mata da Trindade, a Matinha de Queluz, o Mont Fleuri, o Perímetro Florestal da Serra de Sintra, o Perímetro Florestal da Penha Longa, a Tapada das Roças, a Tapada do Saldanha e a Quinta da Amizade/Vila Sassetti. Em 2019, foram adquiridos mais três prédios rústicos na Tapada do Saldanha/Penha Longa.

A prossecução da gestão destas propriedades envolve a sua recuperação, requalificação, revitalização, conservação, investigação, divulgação e exploração, abrindo-as à fruição pública e potenciando a sua valência turística.

A orientação da PSML, na sua visão e valores, é visível na:

Preocupação com a Paisagem Cultural de Sintra – não se limitar à gestão das propriedades que lhe foram inicialmente confiadas, mas preocupar-se com a conciliação de intervenções e a mobilização dos proprietários privados e da sociedade portuguesa em geral sobre a salvaguarda e valorização da Paisagem Cultural de Sintra;

Sustentabilidade económica – é nas fontes de receita (visitantes e outras atividades económicas) da PSML e nos incentivos económicos disponibilizados que é assegurado o cumprimento do seu objeto;

Excelência de gestão de parques históricos – ambicionar ser a melhor empresa gestora de parques históricos em Portugal;

Informação, organização e acessibilidade – desenvolver o conhecimento e informação sobre as propriedades geridas pela PSML e Paisagem Cultural de Sintra, organização da empresa por centros de resultados e projetos e promoção de melhor acessibilidade aos parques e monumentos de Sintra.

2. As políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia da PSML são:
 - 1) Implementar uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva, segundo os mais exigentes padrões de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;
 - 2) Adotar práticas de gestão, segundo os princípios das boas práticas de governo das empresas públicas;
 - 3) Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência de desempenho, através da utilização de práticas empresariais de referência.
- a) Os principais objetivos da PSML são:
 1. Crescimento da atividade, através do número de visitantes;

Handwritten signatures and initials in blue ink.

2. Aumentar o nível de eficiência nas áreas geridas pela PSML;
3. A continuação da recuperação do património edificado e a revitalização de zonas degradadas;
4. A continuação da requalificação das zonas paisagísticas;
5. A investigação, tendo como objetivo fazer mais e melhor.

b) Grau de cumprimento dos objetivos: A proposta de PAO de 2021 e do Orçamento 2021 (N. Informativa) teve como pressupostos gerais a prossecução da evolução dos mesmos indicadores com a mesma amplitude/grau de exigência:

Objetivos de Gestão	Unidade	Peso	2021 PAO	2021 Execução	Grau de consecução dos objetivos	Orçamento 2021 N. Informativa (V. Confinamento)	Grau de consecução dos objetivos
N.º de Visitas Anuais	número	20%	1 698 335	1 034 379	-39,1%	539 305	91,8%
Projetos Recuperados	número	20%					
Volume de Negócios (VN)	milhares €	10%	16 406	10 308	-37,2%	5 287	95,0%
Margem EBITDA	%	10%	11%	5%	-	-167%	-
Resultado Líquido	milhares €	10%	-3 406	-3 064	10,0%	-13 472	77,3%
Peso dos Gastos no VN	%	20%	90,4%	106,0%	-	268,2%	-
Eficiência	%	10%	821,0%	1948,7%	-	-160,4%	-

Nota: não foi quantificado o objetivo de *Projetos Recuperados*. A PSML propõe, nos Contratos de Gestão, que o cumprimento deste objetivo seja o nível de investimento realizado na recuperação de Património Construído e Natural, tendo como meta o valor proposto no PAO de cada exercício.

O Número de Visitas Anuais, face ao previsto no PAO de 2021, registou uma diminuição de 39,1%. Nesta diminuição estão incluídos os efeitos do encerramento, no dia 14 de janeiro 2021, com a aprovação do Decreto do Governo n.º 3-A/2021, de 14 de janeiro - Estado de Emergência – que decretou o encerramento das atividades culturais e artísticas, onde se incluem os museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos ou similares quer nacionais, regionais e municipais, públicos ou privados implementando o confinamento das pessoas como resposta à saúde pública prevista no controlo da pandemia do COVID-19. Este confinamento obrigatório e fecho de atividade verificou-se até ao dia 05 de abril de 2021, com forte impacto nas receitas da PSML, uma vez que incluiu o período da Páscoa, que sazonalmente é o período de visita mais forte do ano. O ano de 2021 também ficou marcado pelo encerramento das fronteiras terrestres e áreas o que veio a verificar-se uma menor entrada do turismo internacional.

O Volume de Negócios apresentado regista uma enorme queda face aos valores previstos no PAO de 2021, em cerca de -37,2%, devido à menor receita das bilheteiras, da restauração e das lojas.

O indicador da Margem do EBITDA ficou positivo em cerca de 5%, por via do crescimento do Volume de Negócios. O EBITDA executado foi inferior ao previsto no PAO 2021 em -1.246.845 euros, mesmo com uma redução dos Gastos Operacionais em cerca de 4 milhões de euros.

Evidenciando a execução do Plano de Atividades e Orçamento de 2021 (PAO 2021) e da N. Informativa de 2022, apresenta-se o seguinte quadro:

	2021 PAO	2021 Executado	Desvios 2021 Executado vs 2021 PAO	Orçamento 2021 N. Informativa (V. Confinamento)	Desvios 2021 Executado vs 2021 PAO N. Informativa
EBITDA	1 807 298	560 454	-1 246 845	-8 837 283	8 276 830
Resultado Líquido	-3 406 369	-3 064 214	342 155	-13 471 567	10 407 353
Investimento	4 290 764	1 293 259	-2 997 505	2 755 739	-1 462 480
Gastos com o Pessoal	7 143 689	5 999 314	-1 144 375	7 143 689	-1 144 375
Quadro de Pessoal	339	315	-24	339	-24
Endividamento	9 000 000	8 901 000	-99 000	19 000 000	-10 099 000

Com a adoção de um conjunto de medidas excecionais e temporárias, consideradas adequadas, como forma de mitigar a propagação do coronavírus SARS-CoV-2, a PSML, no exercício de 2021 e comprando

Handwritten signature



com o PAO 2021, registou um EBITDA negativo, um Resultado Líquido positivo e uma menor execução nos Investimentos. Com o objetivo de equilíbrio a curto prazo da Tesouraria a PSML, com aprovação da Tutela Financeira, acionistas e IGCP, contratou, no ano de 2021, mais dois empréstimos na banca comercial, no valor de 15 milhões de euros, por forma não deixar deteriorar o património construído e natural sob sua gestão e dando também ênfase à manutenção dos postos de trabalho dos colaboradores, gerindo todos os recursos disponíveis de forma eficiente e eficaz, apesar dos cortes nos gastos realizados.

3. Os fatores-chave de que dependem os resultados da PSML são:
 - a. O número de visitas aos espaços e equipamentos sob a sua gestão;
 - b. O crescimento do turismo em Portugal;
 - c. A qualificação da sua estrutura de Recursos Humanos.

4. A empresa encontra-se, de acordo com a Lei Orgânica do Governo e as respetivas delegações de competências, submetida à Tutela Setorial da Secretaria de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, que define as orientações concretas em termos de objetivos, quer no domínio do Património Construído quer no domínio do Património Natural, e à Tutela Financeira da Secretaria de Estado do Tesouro. A atuação em conformidade com estas orientações é evidenciada com a aprovação anual do Plano de Atividades e Orçamento, após o relatório da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM). A coordenação com vista à aprovação dos documentos anuais de prestação de contas é assegurada pela DGTF.

III. Estrutura de capital

1. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 250.000 ações com o valor nominal de 10,00 euros cada, detido conforme segue:

Acionistas	Participação	Ações (#)	Capital Social (€)
Estado - DGTF	35%	87 500	875 000
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	35%	87 500	875 000
Turismo de Portugal	15%	37 500	375 000
Câmara Municipal de Sintra	15%	37 500	375 000
Total	100%	250 000	2 500 000

2. As alterações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações têm de ser realizadas através de decreto-lei.

- No sentido de reestruturar a empresa e com o objetivo de permitir a sua viabilidade económica, regularizando o passivo apurado no ano de 2005, os acionistas da PSML decidiram, por deliberação unânime da Assembleia Geral de 15/09/2006, a realização de prestações acessórias. As prestações foram realizadas pelas seguintes entidades:

Acionistas	Prestações acessórias (€)
Instituto da Conservação da Natureza	5 060 000
Turismo de Portugal	1 380 000
Instituto Português do Património Arquitetónico	1 380 000
Câmara Municipal de Sintra	1 380 000
Total	9 200 000

- No ano de 2017, foi decidido, em Assembleia Geral de 22 de junho de 2017, proceder ao reequilíbrio das prestações acessórias até as percentagens relativas ficarem iguais à participação no Capital Social da PSML. Assim a PSML procedeu à sua restituição, em 3 anos, com início no exercício de 2017, do montante da prestação acessória do acionista Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., em excesso relativo à da sua participação no Capital Social. O valor anual a restituir foi de 473.000 euros. O registo das prestações acessórias a 31 de dezembro de 2021 é o seguinte:



Acionistas	Prestações acessórias (€)
Instituto da Conservação da Natureza	3 749 000
Turismo de Portugal	1 380 000
Instituto Português do Património Arquitetónico	1 380 000
Câmara Municipal de Sintra	1 380 000
Total	7 889 000

3. Não existem acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.

IV. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. A PSML não detém participações sociais nem Obrigações de outras entidades.
 - a. Os órgãos de Administração não detém participações qualificadas noutras entidades.
2. Durante o exercício de 2021, a PSML não adquiriu nem alienou nenhuma participação social. Os seus acionistas mantiveram as suas participações, não se registando nenhuma alteração na composição social.
3. Os órgãos de administração e fiscalização não detém nenhuma participação social na PSML.
4. Não existem relações de natureza comercial entre a PSML e os seus detentores de capital. Existe uma parceria com a Câmara Municipal de Sintra para a promoção do destino de Sintra, que se materializa na divisão dos gastos com as feiras promocionais.

V. Órgãos Sociais e Comissões

A. Modelo de Governo

Quanto ao modelo de governo societário, a PSML adota o modelo monista, com um Conselho de Administração constituído por três administradores executivos:

<https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/conselho-de-administracao-2018-2020/>

1. Pela Deliberação Social Unânime por Escrito (DSUE) de 19 de setembro de 2018, os Estatutos da PSML foram alterados, nomeadamente, no modelo de fiscalização, passando a integrar os seguintes órgãos:
 - a. Mesa da Assembleia Geral
 - b. Conselho de Administração Executivo
 - c. Conselho Fiscal
 - d. ROC

B. Assembleia Geral

1. Com a DSUE de 19 de setembro de 2018, iniciaram o terceiro mandato o Presidente da mesa da Assembleia Geral - Mestre Paulo Jorge Duarte Gomes - e a Secretária Dr.ª Ana Paula Fernandes dos Santos. No ano de 2021, em Assembleia Geral realizada no dia 19 de março de 2021, foi deliberado que continuariam em funções, não se tendo procedido à eleição dos órgãos sociais para o triénio, a qual ficou adiada até próxima reunião de Assembleia Geral a convocar para o efeito.
<https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/informacao-de-gestao/orgaos-sociais/>.

Dr. JL
21

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2018-2020	Presidente	Paulo Jorge Duarte Gomes	500,00 €	500,00 €
2018-2020	Secretária	Ana Paula Fernandes dos Santos	350,00 €	350,00 €
				850,00 €

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2021-2021	Presidente	Paulo Jorge Duarte Gomes	500,00 €	500,00 €
2021-2021	Secretária	Ana Paula Fernandes dos Santos	350,00 €	350,00 €
				850,00 €

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

2. As deliberações dos acionistas que devem ser tomadas por maioria qualificada são as que se encontram legalmente previstas. Não estão previstas nos estatutos da empresa nenhuma matéria que obrigue a deliberações por maioria qualificada.

C. Administração e Supervisão

- O Conselho de Administração Executivo é composto por um Presidente e dois Vogais Executivos, eleitos em Assembleia Geral por DUE de 19 de setembro de 2018; foi ainda deliberado, em Assembleia Geral de 19 março de 2021, que o Conselho de Administração continuaria em funções até convocação de nova eleição. O Presidente do Conselho de Administração é escolhido pelos Acionistas por maioria qualificada de dois terços do capital.
- Composição do Conselho de Administração Executivo: o mandato é de 3 anos, podendo ser renovado até ao limite de três vezes. Na Assembleia Geral de 19 de março de 2021, não tendo sido realizada a eleição dos órgãos sociais para o triénio seguinte, foi deliberado que os três membros do Conselho de Administração continuariam em funções, até à próxima reunião da Assembleia Geral a convocar para o efeito.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	Entidade de Origem	(O/D) (2)
2018-2020	Presidente	Dr.ª Sofia Cruz	DUE/AG	19/09/2018		
2018-2020	Vogal	Dr. José Lino Ramos	DUE/AG	19/09/2018		
2018-2020	Vogal	Dr.ª Dorabela Charneca	DUE/AG	19/09/2018		

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	Entidade de Origem	(O/D) (2)
2021-2021	Presidente	Dr.ª Sofia Cruz	DUE/AG	19/03/2021		
2021-2021	Vogal	Dr. José Lino Ramos	DUE/AG	19/03/2021		
2021-2021	Vogal	Dr.ª Dorabela Charneca	DUE/AG	19/03/2021		

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

(2) O/D - Origem/Destino

- Os três membros do Conselho de Administração são membros executivos. A vogal Dra. Dorabela Baptista Gonçalves Charneca tem as competências previstas no n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação.

4. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração:

Florinda Sofia Augusto Cruz (Presidente)

Licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, com Pós-graduação em Ciências Jurídico-Urbanísticas e Ambientais, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Programa de Direção de Empresas pela AESE – Business School. Foi Advogada (estando voluntariamente suspensa), Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara Municipal de Sintra, ocupou também funções como Assessora Parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, junto da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias, e adjunta com funções de Chefe do Gabinete em substituição do Ministro da Justiça do XVIII Governo Constitucional, entre outros cargos.

José Lino Fonseca Ramos (Administrador)

Licenciado em Direito desde 1993, com Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Autónoma de Lisboa, Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas da Universidade Católica, frequência em Pós-Graduação em Direito do Património Cultural da Universidade de Direito de Lisboa. Vereador da Câmara Municipal de Sintra, entre 2002/2013. Governador Civil de Lisboa. Foi Administrador de várias empresas públicas, nomeadamente da Sanest – Saneamento da Costa do Estoril, SA., da TratoLixo – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM., e AMTRES – Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos. Membro da Direção da Associação de Turismo de Lisboa, entre 2011/2013. Deputado da Assembleia da República na XII legislatura, tendo sido vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros; Coordenador da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Obras Públicas; membro da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Economia.

Dorabela Baptista Gonçalves Charneca (Administradora)

Licenciada em Economia (1992), com Pós-Graduação em Sistemas e Tecnologias de Informação (1998) pelo Instituto Superior de Economia e Gestão e Pós-Graduação em Facility Management pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (2016). Membro da Direção da Associação Portuguesa de Facility Management (triénios 2016-2019 e 2019-2022) e da Comissão Técnica CT-192 para a Normalização. Em fevereiro de 2020 terminou o Programa Avançado de Gestão para Executivos (PAGE) na CATÓLICA-LISBON Business & Economics. Ocupou funções no Grupo SIBS, com especial enfoque na gestão de ativos imobiliários, procurement e controlo financeiro.

5. As evidências estão anexas a este relatório, onde é incluída cópia das declarações de cada um dos membros do órgão de Administração sobre quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse, bem como a evidência da apresentação das declarações ao órgão de Administração, ao órgão de fiscalização e à IGF.
6. Não existem quaisquer relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas.
7. Na Ata n.º 748 do CA, de 20 de setembro de 2018, foi aprovada a Delegação de poderes dos Administradores, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade:

7.1. Delegar na Presidente do Conselho de Administração, Dr.ª Sofia Cruz, poderes de gestão e direção das seguintes direções, áreas ou unidades da PSML:

- a) Serviços Jurídicos;
- b) Recursos Humanos;

- c) DTPC – Direção Técnica Património Construído;
- d) DTPN – Direção Técnica Património Natural;
- f) Área de Relações Institucionais;
- g) Área de Eixo Verde e Azul;
- h) Palácio Nacional da Pena e Monserrate;

7.2. Delegar no Vogal do Conselho de Administração, Dr. Lino Ramos, poderes de gestão e direção das seguintes direções, áreas ou unidades da PSML:

- a) Comunicação e Informação;
- b) DDAV – Direção de Divulgação e Apoio ao Visitante;
- c) Escola Portuguesa de Arte Equestre;
- d) Palácio Nacional de Queluz;

7.3. Delegar na Vogal do Conselho de Administração, Dr.^a Dorabela Charneca, poderes de gestão e direção das seguintes direções, áreas ou unidades da PSML:

- a) DAF - Direção Administrativa e Financeira;
- b) Segurança;
- c) Palácio Nacional de Sintra;
- d) Direção Informática (incluindo Projetos Especiais);
- e) Restauração e Cedência de Espaços para Eventos.

A delegação de competência inclui os poderes necessários para cada um dos Administradores – delegados, individualmente, no âmbito da respetiva delegação (isto é, da respetiva Direção, área ou unidades), nomeadamente:

- a) Representar a Sociedade perante terceiros;
- b) Assinar e receber correspondência dirigida à Sociedade;
- c) Negociar, celebrar, alterar e fazer cessar contratos, transações e compromissos que de algum modo respeitem às direções, áreas ou unidades, cujos poderes lhes foram delegados;
- d) Constituir procuradores;
- e) Movimentar contas de depósito à ordem em qualquer banco ou estabelecimento bancário, podendo, designadamente e quanto a essas contas, assinar cheques, ordens de pagamento ou de transferência ou qualquer outro documento ou expediente bancário que determine a movimentação das referidas contas;
- f) Autorizar despesa e aprovar o pagamento de despesas e outros encargos de natureza financeira, em nome da Sociedade, até ao limite de € 5.000,00 (cinco mil euros);
- g) Aprovar o pagamento de despesas e outros encargos de natureza financeira referidos na alínea e) anterior, incluindo os poderes bancários, para ordenar tais pagamentos, dentro dos limites indicados. A presente delegação de poderes não afasta os poderes da Presidente do Conselho de Administração para, com a sua assinatura, nos termos do artigo 18.º dos Estatutos, obrigar e vincular a Sociedade.

O Conselho de Administração deliberou, em 18 de dezembro de 2019, na Ata n.º 810, a integração dos Projetos Especiais na Direção de Informática e a separação das áreas de negócio que estavam agrupadas de Restauração e Eventos, sendo que as áreas passaram a estar no pelouro da Administradora Dra. Dorabela Charneca. Esta deliberação teve efeitos

a 1 de janeiro de 2020. Nesta Ata também ficou deliberado que, no final de cada mês, a Direção Administrativa e Financeira elaborará a listagem de todas as aquisições ao abrigo do regime simplificado para a Administração, no sentido de assegurar maior coordenação entre as várias áreas e pelouros.

8. Funcionamento do Conselho de Administração:
- O Conselho de Administração realizou 42 reuniões durante o exercício de 2021. Todas as reuniões do Conselho de Administração foram realizadas com a participação de todos os Administradores;
 - Nenhum dos membros do Conselho de Administração acumula funções em simultâneo em outras entidades;
 - A Assembleia Geral é responsável pela avaliação de desempenho dos administradores executivos bem como as respetivas Tutelas. Os objetivos e critérios pré-determinados para a avaliação dos administradores devem constar do contrato de gestor público.
 - Não existem comissões no órgão de Administração.

D. Fiscalização

- A fiscalização da atividade social da PSML compete ao Conselho Fiscal e ao ROC.
- Composição do Conselho Fiscal:
 - Um Presidente, dois vogais efetivos e um suplente, com duração estatutária do mandato de três anos. A data da primeira designação foi a 19/09/2018 e data do termo de mandato para todos os membros foi 31/12/2020, tendo sido aprovada, por unanimidade, pela Assembleia Geral de 19 de março de 2021, que, não tendo sido realizada a eleição dos Órgãos de Fiscalização para o triénio seguinte, continuariam em funções até à próxima reunião de Assembleia Geral a convocar para o efeito.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2018-2020	Presidente	Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira	Designação Social Unânime por Escrito	19/09/2018
2018-2020	Vogal Efetivo	Maria de Fátima Pereira Vinagre	Designação Social Unânime por Escrito	19/09/2018
2018-2020	Vogal Efetivo	Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barrela	Designação Social Unânime por Escrito	19/09/2018
2018-2020	Suplente	Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	Designação Social Unânime por Escrito	19/09/2018

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2021	Presidente	Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira	Designação Social Unânime por Escrito	19/03/2021
2021	Vogal Efetivo	Maria de Fátima Pereira Vinagre	Designação Social Unânime por Escrito	19/03/2021
2021	Vogal Efetivo	Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barrela	Designação Social Unânime por Escrito	19/03/2021
2021	Suplente	Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho	Designação Social Unânime por Escrito	19/03/2021

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [número mínimo] / [número máximo]

Legenda: (1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

- Apresentação de elementos curriculares:

Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira – Presidente.

Licenciatura em Direito (Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa - 1988); Pós-licenciatura em Estudos Europeus - Dominante Jurídica (Centro de Estudos Europeus da U.C.P. - 1992). Cédula profissional de advogado n.º 8690 (inscrição suspensa desde 1994). Técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas da Direção-Geral do



Tesouro e Finanças, com funções de apoio jurídico na Direção de Serviços Jurídicos e de Coordenação. Funções exercidas em simultâneo em outras entidades: SIRESP - Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A., presidente da Mesa da Assembleia Geral [mandato 2019/2021], em funções; Centro Hospitalar Universitário de São João, E.P.E. (CHUSJ), vogal efetivo do Conselho Fiscal [mandato 2017/2019], em funções; Administração do Porto de Lisboa, S.A., vogal suplente do Conselho Fiscal [mandato 2020/2022]; Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO), vogal suplente do Conselho Fiscal [mandato 2021/2023]. Funções exercidas anteriormente: secretário-geral adjunto do Ministério da Justiça, responsável pelos serviços Jurídicos e de Contencioso e pela Unidade de Compras do Ministério da Justiça [2011-2018]; diretor-coordenador da Área de Recursos Humanos (do Serviço Nacional de Saúde) da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. [2008-2011]; subdiretor do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações [2004-2007]; diretor do Gabinete de Estudos da Direção-Geral da Administração Extrajudicial [2001-2004]; coordenador do Gabinete Jurídico da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo [1997-2001]; consultor jurídico da Direção-Geral do Património [1995-1997]; técnico superior da Direção-Geral do Tesouro [1993-1995]. Serviço Militar cumprido no Regimento de Comandos (Amadora), tendo passado à disponibilidade no posto de alferes miliciano de Infantaria "COMANDO" [1990-1991].

Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barrela – Vogal.

Licenciada em Gestão e Administração de Empresas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), em 1992 e Pós-Graduada em Gestão e Controlo Financeiro e Orçamental - NOVA IMS concluída em 2020, pertence ao quadro de pessoal da Inspeção Geral de Finanças (Autoridade de Auditoria) desde 1993 até à data atual, na área de Controlo Empresarial de Empresas Públicas e Privadas, integrando no período de 2008 a 2015, a equipa de Controlo do Setor Empresarial Local na mesma entidade. De dezembro de 2005 a julho de 2006, por convite do Senhor Inspetor-Geral de Finanças, participou no Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), constituindo um dos cinco elementos do grupo responsável pela reestruturação do Ministério das Finanças.

Maria de Fátima Pereira Vinagre – Vogal.

Licenciada de Contabilidade e Administração em Gestão pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração, em 1986; realizou o Programa Geral de Gestão pela Universidade Católica Portuguesa, em 2017; presidente do Conselho Fiscal da ESTAMO, Participações Imobiliárias, S.A., desde julho de 2018; vogal efetiva do Conselho Fiscal da PSML, S.A., desde novembro de 2018. Administradora da DISTRIMARKET, S.A. (Setor distribuição alimentar) - PME pertença de Holding Empresarial, que gere diferentes negócios e marcas, de 2016 a junho de 2018; Gerente da FILMd, Lda. (Setor audiovisual, com ± 20 colaboradores), de 2012 a 2015; Administradora da Tobis Portuguesa (Sociedade Anónima de Capitais Públicos, com ± 70 colaboradores); Diretora Administrativa e Financeira da Young & Rubicam Publicidade (Portugal), de 1996 a 2006.

Maria Teresa de Figueiredo Ferreira Alves Carvalho – Vogal Suplente.

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), 1987-1992; Pós-Graduação em Gestão Pública, Instituto Superior de Gestão, 2009-2010.

Desde 07/2013, Chefe de Divisão de Gestão e de Recuperação de Créditos da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), Ministério das Finanças. De 11/2007 a 07/2013, Chefe de Divisão de Gestão de Créditos (DGC) da DGTF. De 08/2001 a 11/2007, Coordenadora do Núcleo de Gestão de Créditos da Direção-Geral do Tesouro (atual DGTF). De 03/1996 a 07/2001, Técnica superior da Direção-Geral do Tesouro e Finanças – Ministério das Finanças, na Divisão de Operações Ativas do Estado. De 07/1992 a 02/1996, Técnica superior do Instituto Português da Qualidade – Ministério da Economia, no Gabinete de

Handwritten initials: SL, DL, DR

Apoios Comunitários. Orientadora de curso de formação para ingresso na carreira de Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças, nomeada por despacho da senhora Diretora-Geral do Tesouro e Finanças de 30.12.2019. Membro de júris (2.º vogal efetivo e 1.º vogal suplente) do período experimental para ingresso na carreira de Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas do Ministério das Finanças, nomeada por despachos da senhora Diretora-Geral do Tesouro e Finanças de 09.09.2019 e de 16.10.2019, respetivamente. Secretária da Mesa da Assembleia Geral da sociedade MOBI.E, SA, eleita para o mandato de 2019-2021, através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 25.07.2019. Vogal suplente do Conselho Fiscal da Parques de Sintra – Monte da Lua, SA, eleita para o mandato 2018 - 2020, através de Deliberação Social Unânime por Escrito de 19.09.2018. Presidente do Conselho Fiscal da Transtejo – Transportes Tejo, SA, eleita para o mandato 2015-2017, por Deliberação Social Unânime por Escrito de 08.07.2015. Presidente do Conselho Fiscal da Transtejo – Transportes Tejo, SA, eleita para o mandato 2008-2010, em Assembleia Geral de 17.07.2008. Membro de júri no âmbito do processo de recrutamento de pessoal por via do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) nomeada 2º Vogal efetivo, por despacho de 26.12.2013, da senhora Diretora Geral do Tesouro e Finanças. Representação da DGTF em reuniões de articulação de credores públicos, no âmbito de processo de regularização de dívidas. Membro de diversas Comissões de Credores, em representação do credor Estado/DGTF, no âmbito de processos especiais de recuperação de empresas e de falência e de processos de insolvência. Testemunha em diversas ações judiciais, nomeadamente, no âmbito de processos especiais de recuperação de empresas e de falência e de processos de insolvência, em representação do credor Estado/DGTF ou enquanto membro da comissão de credores. Membro do Órgão de Fiscalização, no quadro de processos especiais de recuperação de empresas e de falência. Inscrita na Ordem dos Contabilistas Certificados (Membro n.º 19349).

4. Não foram definidos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo. Não foram adquiridos serviços de auditor externo.
5. Não foram definidas outras funções dos órgãos de fiscalização.
6. Os membros do Conselho Fiscal consideram-se independentes, uma vez que não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente, em virtude de:
 - a) Ser titular ou atuar em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da sociedade;
 - b) Ter sido reeleito por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada.
7. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal:
 - a) Número de reuniões realizadas em 2021 e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro:

N.º de Reuniões e data	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização	Assunto(s)
1. 26Jan2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Preparação e envio de informação sobre a atividade e as reuniões realizadas pelo CF em 2020 (para constar do RGS).
2. 29Jan2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Reunião com CA sobre a situação financeira da PSML, bem como sobre medidas de apoio aprovadas no âmbito da Covid-19, designadamente, o regime do <i>lay-off simplificado</i> .
3. 20Feb2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Análise de diversas matérias relacionadas com o Relatório de Gestão e Contas de 2020.
4. 22Feb2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira	-	Análise de carta do Dr. António Velez Belém, dirigida ao CA, relativa ao termo do mandato da António Belém & António Gonçalves, SROC, Lda., e à eventual atualização

Handwritten signature/initials in blue ink.



Parques de Sintra
Monte da Lua

N.º de Reuniões e data	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Órgão de Fiscalização	Assunto(s)
		Fátima Vinagre		dos honorários, e transmissão ao CA do entendimento do CF.
5. 23Feb2021 a 4Mar2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Análise do Relatório de Gestão e Contas de 2020 e do Relatório de Governo Societário de 2020 - Elaboração de parecer sobre os mesmos.
6. 05Mar2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Emissão de parecer sobre pedido de financiamento (15M€) ao Millennium BCP (para acompanhar pedido ao IGCP).
7. 08Mar2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Aprovação do parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2020 e do Relatório de Governo Societário de 2020.
8. 19Mar2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Participação na Assembleia Geral Anual.
9. 29Mar2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Procedimento de seleção de SROC para o exercício de funções na PSML, no triénio de 2021/2023: - Elaboração do caderno de encargos e do convite (consulta a cinco SROC).
10. 14Abr2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Procedimento de seleção de SROC para o exercício de funções na PSML, no triénio de 2021/2023: - Análise e a avaliação das propostas. Aprovação do relatório preliminar e do projeto de decisão final; - Notificação das entidades consultadas para efeito de audiência prévia.
11. 26Abr2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Procedimento de seleção de SROC para o exercício de funções na PSML, no triénio de 2021/2023: - Aprovação da decisão final de adjudicação; - Notificação da decisão aos interessados.
12. 30Abr2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Procedimento de seleção de SROC para o exercício de funções na PSML, no triénio de 2021/2023: - Elaboração de proposta de designação da SROC selecionada e sua submissão, através da DGTF, a deliberação da AG.
13. 31Mai2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Procedimento de seleção de SROC para o exercício de funções na PSML, no triénio de 2021/2023: - Elaboração de ofício à DGTF solicitando informação sobre o processo de designação da SROC.
14. 3Jun2022	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Elaboração e aprovação do parecer sobre o Relatório de Execução Orçamental do 1.º trim/2021.
15. 20Ago2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Elaboração e aprovação do parecer sobre o Relatório de Execução Orçamental do 2.º trim/2021.
16. 6Oct2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Análise e emissão de parecer sobre o PAO/2022-2024.
17. 16Nov2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Procedimento de seleção de SROC para o exercício de funções na PSML, no triénio de 2021/2023: - Análise da minuta do contrato a celebrar com a SROC selecionada.
18. 19Nov2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Reunião com a representante da Mariquito, Correia & Associados, SROC, Lda., Sra. Dra. Vera Martins, a vogal do conselho de administração, Sra. Dra. Dorabela Charneca, e o diretor financeiro, Sr. Dr. Paulo Fonseca.
19. 22Nov2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Elaboração e aprovação do parecer sobre o Relatório de Execução Orçamental do 3.º trim/2021.
20. 14Dec2021	Por meios telemáticos	Rui Bandeira Rita Barreira Fátima Vinagre	-	Elaboração de carta de agradecimento ao Sr. Dr. António Velez Belém pelas funções exercidas pela António Belém & António Gonçalves, SROC, Lda.

b) Os membros daqueles órgãos declaram exercer os seguintes cargos no decurso do exercício de 2021:

1. Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira

- i. Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) - técnico superior especialista em orçamento e finanças públicas;
- ii. Centro Hospitalar Universitário de São João (CHUSJ) - vogal suplente - (até 30/09/2021) e vogal efetivo (desde 1/10/2021) do Conselho Fiscal;

- iii. SIRESP - Gestão de Redes Digitais de Segurança e Emergência, S.A. - Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
 - iv. Administração do Porto de Lisboa, S.A. - - vogal suplente do Conselho Fiscal;
 - v. Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO), vogal suplente do Conselho Fiscal.
2. Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barreira
 - i. Funções de inspetora de finanças.
 3. Fátima Vinagre
 - i. Presidente do Conselho Fiscal da ESTAMO, Participações Imobiliárias, S.A.

E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. Por deliberação da Deliberação Social Unânime por Escrito e AG de 06 de outubro de 2021, sob proposta do Conselho Fiscal, foi designada para prestar serviços de auditoria e certificação legal de contas relativas ao triénio 2021-2023, tendo iniciado funções no dia 01 de novembro 2021, a seguinte SROC:

Órgão Designado: SROC

Nome/Firma: MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

NIF/NIPC: 501362509

Número de registo na CMVM: 20161386

Número de registo na OROC: 31

Residência/Sede: Rua Visconde Moreira de Rey, n. °14, Linda-a-Pastora, 2790-447 Queijas

Cargo: SROC representada por Dr.ª Vera Margarida Sebastião Martins

Número de registo na CMVM: 20160916

Número de registo na OROC: 1306

Licenciada em Contabilidade e Administração Financeira pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL). Contabilista Certificada desde 1997.

Iniciou a sua atividade profissional em 1996 como auditora em sociedade de revisores oficiais de contas, tendo experiência em diversos setores de atividade, nomeadamente empresas comerciais e industriais, atividade seguradora, construção civil, imobiliário. Desde 2007 exerce a sua atividade como Revisor Oficial de Contas em diversos setores de atividade. Membro da Comissão Técnica do Setor Público da Ordem dos Revisores oficiais de Contas de abril 2012 a março 2018. Membro efetivo da Assembleia Representativa da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas desde janeiro 2021.

Cargo: ROC suplente: António Francisco Escarameia Mariquito

Número de registo na CMVM: 20160033.

Número de registo na OROC: 150

Até ao início de funções da atual SROC (01 /11/2021, manteve-se em funções a SROC nomeada por deliberação da AG de 17/04/2019:

Órgão Designado: SROC

Nome/Firma: ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES - SROC, Lda.

NIF/NIPC: 502585811

Número de registo na CMVM: 20161420

Número de registo na OROC: 96

Residência/Sede: Praça Francisco Sá Carneiro n.º 12, 1.º, 1000 - 160 Lisboa

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Cargo: SROC representada por António Maria Velez Belém

Número de registo na CMVM: 20160401

Número de registo na OROC: 768

Cargo: ROC suplente: António Joaquim Andrade Gonçalves

Número de registo na CMVM: 20160565

Número de registo na OROC: 918

Uma vez que a empresa não se configura como “Entidade de Interesse Público” o limite de 7 anos previsto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro, não se aplica.

2. A atual SROC exerce funções consecutivamente há 0 anos.
3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerceram funções consecutivamente:
 - a. Firma MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, Lda. - 0 anos

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	ROC	MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, Lda	31	20161368	AG	06/10/2021	01/11/2021	n.a.	-
2021-2023	ROC	Vera Margarida Sebastião Martins	1306	20160916	AG	06/10/2021	01/11/2021	n.a.	-
2021-2023	SUPLENTE	António Francisco Escaramela Marquito	150	20160033	AG	06/10/2021	01/11/2021	n.a.	-

Legenda: (1) Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)
Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Remuneração Anual 2021 (€)
	Bruta
MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC, Lda	522,75

- b. Firma ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES - SROC, Lda. – 2 anos

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2019-2020	ROC	ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES SROC	96	20161420	AG	01/06/2019	01/06/2019	n.a.	2
2019-2020	ROC	António Maria Velez Belém	768	20160401	AG	01/06/2019	01/06/2019	n.a.	2
2019-2020	SUPLENTE	António Joaquim Andrade Gonçalves	918	20160565	AG	01/06/2019	01/06/2019	n.a.	2

Nome	Remuneração Anual 2021 (€)
	Bruta
ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES, SROC	9 008,67

Não foram prestados pela SROC à PSML outros serviços para além da Certificação Legal de Contas.

F. Conselho Consultivo (caso aplicável)

1. Não é aplicável

G. Auditor Externo (caso aplicável)

1. Não é aplicável

VI. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. As alterações dos estatutos da Sociedade têm de ser aprovadas por decreto-lei, em Assembleia Geral ou por DUE.
2. Todas as irregularidades são comunicadas à Administração através de vários canais de comunicação, como seja e-mail (ca@parquesdesintra.pt) e carta. As irregularidades de origem externa têm como principal canal o e-mail info@parquesdesintra.pt, que está presente no site e encontra-se divulgado em todos os suportes de comunicação e em todos os locais de contacto com os visitantes.
3. A PSML dispõe de um plano de prevenção de riscos de gestão em documento autónomo, incluindo o Risco de corrupção e infrações conexas, o qual estabelece as várias políticas e ferramentas usadas para o efeito. Encontra-se disponível no site: <https://www.parquesdesintra.pt/media/ckyjdx4h/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-2017.pdf>. O Plano de prevenção de riscos de gestão estabelece e identifica as seguintes áreas de risco bem, como as políticas e as ferramentas nas seguintes áreas:

a. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- i. Apresentação da informação técnica fundamentada por parte dos colaboradores intervenientes no processo, em todas as aquisições de bens e serviços/ empreitadas: justificação da necessidade; estimativa de custo; proposta do tipo de procedimento a adotar e de fornecedores a consultar dentro das regras acima referidas;
- ii. Os fornecedores a consultar devem ter currículo adequado à prestação requerida, justificado por informação existente na empresa ou colhida no mercado;
- iii. Aprovação da Proposta de Aquisição ou Pedido de Abertura de Procedimento por parte do Conselho de Administração, que fixa simultaneamente o responsável pelo processo, em especial pela elaboração dos documentos concursais. Esta aprovação é publicitada na plataforma eletrónica (Vortal);
- iv. Explicitação clara e completa das cláusulas técnicas fixadas no caderno de encargos;
- v. Definição clara dos critérios de avaliação das propostas com carácter objetivo e baseados em dados quantificáveis e comparáveis;
- vi. Por regra, deve ser utilizado o critério da proposta economicamente mais vantajosa, em o preço terá uma ponderação importante, salvo justificação técnica adequada;
- vii. Aprovação dos documentos concursais (programa de concurso, convite, caderno de encargos e anexos) por parte do Conselho de Administração;
- viii. O técnico responsável pelo processo deve assegurar que os fornecedores consultados não são divulgados dentro da empresa e entre si, em todas as fases do procedimento;
- ix. Assegurar no contrato um clausulado claro e rigoroso, que preveja as obrigações de todas as partes, a avaliação de cumprimento das obrigações, sanções de incumprimento, prestação de garantias, calendário de execução e regras de rescisão;
- x. Aprovação do contrato e respetivo plano de pagamentos por parte do Conselho de Administração;

- x. Assegurar a prestação de garantia, nos casos aplicáveis, previamente à assinatura do contrato;
 - xii. A execução de trabalhos a mais ou a menos deve ser justificada, no caso de empreitadas, e aprovada pelo Conselho de Administração
 - xiii. Publicitação de documentos de adjudicação e contratação na plataforma eletrónica (Vortal) e do contrato no Portal Base;
 - xiv. Fiscalização regular da execução do contrato que assegure a sua rigorosa execução física, financeira e temporal, com registo de todas as decisões tomadas;
 - xv. Conferência pelo responsável pelo processo de que os documentos de despesa apresentados, correspondem à entrega de bens ou à prestação de serviços/empreitadas em conformidade com o contrato;
 - xvi. Validação da conferência anterior por parte de pessoa diferente (da mesma área e com nível hierárquico igual ou superior);
 - xvii. Envio de advertências em devido tempo ao fornecedor/prestador de serviços no caso de se detetarem situações irregulares.
- b. **GESTÃO COMERCIAL**
- i. Informatização de todo o fluxo de venda de bilhetes e de controlo de acessos;
 - ii. Informatização de todo o fluxo de aquisição e venda de produtos em lojas e cafetarias;
 - iii. Controlo diário das caixas, registos de vendas com entradas de dinheiro;
 - iv. Controlo dos locais de venda através de sistema de videovigilância;
 - v. Rotatividade dos colaboradores das áreas comerciais;
 - vi. Realização de auditorias internas às bilheteiras e locais de venda nas lojas e cafetarias e stocks;
 - vii. Justificação de preços contratados nos alugueres de espaços e serviços conexos e na comercialização de produtos florestais, quando não previstos nos preços indicativos aprovados pela Administração.
- c. **RECURSOS HUMANOS**
- i. Justificação das decisões tomadas nas várias fases de recrutamento;
 - ii. Justificação das decisões tomadas na contratação de cada colaborador após o período experimental, na renovação de contrato de trabalho/passagem a contrato sem termo e na progressão de carreira;
 - iii. Exigência de que os participantes no processo de avaliação não têm relações de proximidade com algum dos avaliados, através de declaração dos próprios participantes.
- d. **GESTÃO FINANCEIRA**
- i. Verificação de autorização, conferência e validação dos documentos de despesa e processamento de ordenados anteriormente ao pagamento;
 - ii. Monitorização interna de desvios em relação ao plano de pagamentos anexo a cada contrato;
 - iii. Realização de auditorias externas.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. A empresa implementou diversos procedimentos de controlo interno (SCI) compatíveis com a sua dimensão e complexidade, com o objetivo de proteger os investimentos e os seus ativos:
 - a. da cobrança de receitas, fundamentalmente bilhetes de entrada, venda de artigos de cafetaria e loja;
 - b. do controlo de acessos por parte de visitantes;
 - c. da segurança das instalações e espaços naturais;
 - d. da prevenção da corrupção (Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas);
 - e. da prevenção de incêndios e planos de evacuação;
 - f. de antecipação de alterações atmosféricas em articulação com a Proteção Civil;
 - g. de acompanhamento do mercado turístico;
2. Pessoas responsáveis pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco:
 - a. Administração
 - i. não tem dependência hierárquica – nomeação pelos acionistas.
 - b. Responsáveis pela elaboração do plano de riscos, sua aplicação e revisão
 - i. Técnica Oficial de Contas – dependente da DAF, mas, que reporta sobre estas matérias diretamente à Administração;
 - ii. Jurista – dependente da Administração, mas que reporta sobre estas matérias diretamente à Administração;
3. Pessoas responsáveis nas áreas de potencial risco de corrupção:
 - a. Contratação pública
 - i. Responsáveis pelos centros de gestão envolvidos no planeamento da contratação, nos procedimentos pré-contratuais e na preparação e execução de contratos;
 - ii. Responsável pela Direção Administrativa e Financeira.
 - b. Gestão Comercial
 - i. Responsáveis pelos centros de gestão das áreas comerciais: Bilheteiras, Lojas, Cafetarias e outras;
 - ii. Administração do sistema de bilhética (responsável pela área de Informática e responsável pela Direção Administrativa e Financeira);
 - iii. Administração do sistema de venda de produtos de lojas e cafetarias (responsável pela área de Informática e responsável pela Direção Administrativa e Financeira e responsáveis pelos centros de gestão das áreas comerciais);
 - iv. Responsável pela Direção Administrativa e Financeira.
 - c. Recursos Humanos
 - i. Responsável pela área de Recursos Humanos;
 - ii. Responsáveis pelas áreas que originem necessidades de recrutamento e de avaliação de colaboradores;
 - iii. Outros intervenientes nos processos de recrutamento e avaliação.

- d. Gestão Financeira
 - i. Responsáveis pelos centros de gestão;
 - ii. Responsável pela Direção Administrativa e Financeira;
 - iii. Conselho Fiscal;
 - iv. ROC.
4. O plano de prevenção de riscos de gestão identifica os riscos que devem ser mitigados, mas não lhes atribui um nível de risco. A PSML está a proceder a uma caracterização dos riscos já identificados a partir dos critérios técnicos da *Federation of European Risk Management Association* (FERMA). Esteve prevista, em parceria com o ISEG, a elaboração de um Manual de Gestão de Risco, durante o mês de abril de 2019, mas acabou por não se concretizar. No final do exercício de 2019, a PSML iniciou uma consulta preliminar ao mercado para aquisição de uma plataforma de Gestão de Risco. A estratégia será a implementação da ferramenta tecnológica por área e riscos mais gerais até às tarefas mais pequenas. Esta ferramenta mede a interação e o trabalho desenvolvido pelas áreas na gestão dos seus riscos específicos, fomentado a inovação na criação de processos mais simplificados e com maior consistência. Uma vez que não existiram ocorrências de 2014 a 2021 inclusive, não foram elaborados os respetivos Relatórios. As ocorrências registadas no passado deram origem a novos procedimentos de controlo interno por forma não permitir novas situações e eliminando o risco específico.
5. Organograma

Encontra-se disponível no sítio:

https://www.parquesdesintra.pt/media/xeqoavrc/organograma_psml.pdf
6. Todas as áreas funcionais foram identificadas no controlo de riscos.
7. A empresa encontra-se exposta a riscos económicos, riscos financeiros, riscos operacionais e riscos jurídicos:
 - a. Risco Económico:
 - i. Redução dos turistas em Sintra
 1. Corte das estradas, reorganização do trânsito em Sintra;
 2. Risco de incêndio, com impossibilidade de os turistas chegarem aos espaços geridos pela PSML;
 3. Pandemias e outros eventos catastróficos internacionais.
 - ii. Com o objetivo de quantificar o risco, a PSML recorreu à plataforma *online* de Gestão Transparente.org., obtendo como resultado um risco moderado em 2019 de 3,77; nos anos de 2020 e 2021, e recorrendo à mesma Plataforma *online*, o resultado passa para um risco elevado de 5,52:

Handwritten signature

GestãoTransparente.org
Sua melhor gestão de meios de comunicação nas organizações

Organização	Dimensão:	Entidade:	
	Large	Entidade privada	Com capitais públicos
Países	Sede:	Países com quem desenvolve negócios:	
	Portugal	Brasil Estados Unidos da América Reino Unido	Espanha França Portugal
Setores	Sector atividade:	Áreas de actividade de entidades com quem realiza negócios:	
	Serviços ao Consumidor	Serviços ao Consumidor Serviços Públicos Setor Florestal Obras Públicas e Construção	
Adm Pública	Relaciona-se?	Formas:	
	Sim	Requerimento de licenças/autorizações/concessões	
Intermediários	Utiliza?:	Tipo:	
	Sim	Agentes de vendas/Consultores de vendas	
Parceiros	Negócios em parceria?	Tipo:	
	Não		

Risco 5.62
0 5 12
Risco Elevado

b. Risco Financeiro

- i. Roubos de valores e mercadorias nos postos de venda.

c. Risco Operacional

- i. Catástrofe natural que não permita a fruição do público dos Patrimónios culturais construído e natural;

ii. Risco Jurídico

1. Alteração da legislação que regula o Património Cultural Construído e Natural no sentido de condicionar a atividade da PSML quer na conservação e reabilitação do Património quer na possibilidade de fruição pública

8. Em 2021, foram melhoradas mais funcionalidades de controlo ao *software* de *workflow*, que, além de obrigar ao registo de todas as tarefas definidas para todas as aquisições, desde a deteção da necessidade até ao pagamento das faturas, dentro dos limites estabelecidos pela contratação pública, não permitindo aquisições fora dos valores orçamentados, por Departamento e por projeto, nomeadamente, na gestão dos *templates* definidos pelo Departamento Jurídico no *workflow*, que passou da elaboração do Procedimento de Aquisição pelo Técnico para o Departamento jurídico e só depois para validação do Diretor do Técnico e, posteriormente, para a Administração. Foram implementados mais controlos ao nível orçamental, quer de Investimento quer de Despesas, logo no momento de registo da necessidade. No processo de acompanhamento e controlo de Gestão do Risco, iniciou uma consulta preliminar ao mercado para aquisição de uma plataforma de Gestão de Risco. Esta estratégia ficou condicionada pela delicada situação financeira da PSML e, logo que possível, será a implementada a ferramenta tecnológica por área e riscos mais gerais até às tarefas mais pequenas. Esta ferramenta mede a interação e o trabalho desenvolvido pelas áreas na gestão dos seus riscos específicos, fomentado a inovação e criatividade na criação de processos mais simplificados e com maior consistência. Este processo está a cargo de um dos Administradores, Dra. Sofia Cruz, que, juntamente com uma Técnica Oficial

Handwritten initials in blue ink.

de Contas, Dra. Tânia Santos, e uma Jurista, Dra. Rita Cortez, desenvolverão atividades de identificação, análise, monitorização e implementação das orientações do *Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e do Plano para a Igualdade e Não Discriminação*, bem como das orientações dirigidas para o Setor Empresarial do Estado.

O *Relatório anual de 2021 de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão* encontra-se disponível em:

<https://www.parquesdesintra.pt/media/eiydpgxf/relat%C3%B3rio-anual-de-execu%C3%A7%C3%A3o-2021-plano-de-gest%C3%A3o-de-risco-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-de-infracoes-comexas.pdf>.

A informação financeira é divulgada nos prazos previstos a todas as entidades competentes. As entidades a quem a PSML reporta informação financeira são:

- a. DGTF – Mensalmente, Trimestralmente e anualmente - Plataforma SIRIEF
- b. Conselho Fiscal – Trimestralmente e anualmente
- c. Tribunal de Contas - Anualmente - Plataforma

Para o processo de divulgação de informação financeira, os controlos internos e de gestão de risco implementados têm em vista a mitigação dos riscos e a prevenção de fraude organizacional, constando os procedimentos do manual de controlo interno (<https://www.parquesdesintra.pt/media/zgagfo1h/manual-de-controlo-interno-2016-09-05.pdf>). Está prevista a sua autonomização, juntamente com a revisão do *Plano de Gestão de Riscos de Gestão e Prevenção Contra a Corrupção*.

Com a entrada em vigor da nova Bihética no final do ano de 2021, está prevista uma consulta preliminar ao mercado da ferramenta de *Business Intelligence* (BI), que, devido à delicada situação financeira da PSML, provocada pela pandemia COVID-19, ficou suspensa. Esta ferramenta de BI permitirá:

- a. Uniformização de todos os dados/informação da PSML,
- b. Automatização e atualização dos *report* de forma rápida,
- c. Análises relacionadas e correlações de variáveis do negócio,
- d. Acesso à mesma informação por todos os interlocutores,
- e. Consulta interativa e *drill down* da informação

C. Regulamentos e Códigos

1. Para além da legislação aplicável, nomeadamente, das regras da contratação pública, uma vez que a área de intervenção da PSML incide sobre a Paisagem Cultural de Sintra, situada no Parque Natural de Sintra – Cascais, as suas atividades estão sujeitas às normas do regulamento do Plano de Ordenamento deste Parque e, por gerir monumentos classificados, à Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, ambos disponíveis no site da PSML: www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos.
2. A PSML distribuiu aos seus colaboradores um Manual de funcionamento interno, que inclui normas internas e requisitos de Ética e Deontologia. O Código de Ética foi elaborado e aprovado, estabelecendo, nomeadamente, regras e medidas com vista a garantir um tratamento equitativo aos seus clientes/visitantes, fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, de acordo com as normas portuguesa NP 4460-1:2007 “*Ética nas organizações - Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações*” e NP 4460-2:2010 “*Ética nas organizações Parte 2: Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações*”. A última atualização do Código de Ética ocorreu 20 de abril de 2016. Os Manuais e o Código de Ética encontram-se divulgados no site público da PSML, para visitantes (na sua grande maioria estrangeiros) e fornecedores, especificamente: <https://www.parquesdesintra.pt/media/zgagfo1h/manual->



de-controlo-interno_2016-09-05.pdf

e

em

<https://www.parquesdesintra.pt/media/ugve0cfm/c%C3%B3digo-de-etica-pdf.pdf>.

3. Todas as aquisições realizadas pela PSML são executadas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, garantindo um tratamento equitativo a todos os fornecedores. Toda a informação dos serviços/bilhetes e preçários é prestada aos visitantes/clientes de forma clara, concreta e em diversos locais.

Em 2020, a PSML atualizou a *intranet* e tornou-a uma ferramenta de informação interna; fixou como *landing page*: <http://intranet/PSML/index.php/regulamentointerno>

4. A PSML elaborou o *Plano de Prevenção de Riscos de Gestão* (Incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas) com o objetivo de prevenir fraudes internas e externas. Este Plano aplica-se a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral. Os colaboradores, clientes, fornecedores e outros *stakeholders* podem sempre ter acesso à última versão do referido Plano, no site da PSML no local: <https://www.parquesdesintra.pt/media/ckyjdx4h/plano-de-preven%C3%A7%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-2017.pdf>

Até à data, não foram registadas quaisquer ocorrências ou identificados riscos de ocorrência <https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/informacao-de-gestao/prevencao-de-riscos-de-gestao/>

D. Deveres especiais de informação

1. Para o cumprimento dos deveres de informação, nomeadamente, relativos ao *report* de informação económica e financeira, a PSML utiliza o carregamento na plataforma do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF) e o portal do Tribunal de Contas, nos quais disponibiliza, designadamente, os seguintes documentos/informações:
 - a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades;
 - b) Grau de execução dos objetivos fixados;
 - c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
 - d) Orçamento anual e plurianual;
 - e) Documentos anuais de prestação de contas;
 - f) Relatórios trimestrais de execução orçamental.
2. O cumprimento dos deveres de transparência e informação, ao público em geral e aos acionistas, a que a PSML está sujeita é realizada através das plataformas indicadas no ponto anterior e através do seu sítio na *internet*.

E. Sítio na Internet

1. O endereço para divulgação de informação relevante é www.parquesdesintra.pt
Encontra-se divulgada toda a informação legalmente exigida no sítio da *internet*.

No sítio da internet da sociedade é possível consultar de forma direta:

- a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do C.S.C.:
<https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/missao/> ;



- b) Estatutos atualizados:
https://www.parquesdesintra.pt/media/13bpeqjg/pdf7_contrato-social-atualizado.pdf;
- c) Titulares dos órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares:
<https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/conselho-de-administracao-2018-2020/> e respetivas remunerações e outros benefícios:
<https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/informacao-de-gestao/relatorio-e-informacao-sobre-remuneracoes/>;
- d) Documentos de prestação de contas anuais:
<https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/informacao-de-gestao/relatorios-e-contas/>;
- e) Obrigações de serviço público a que a PSML está sujeita:
<https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/informacao-de-gestao/prestacao-de-servico-publico/>;
- f) Modelo de financiamento subjacente e apoio financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios: <https://www.parquesdesintra.pt/pt/sobre-nos/informacao-de-gestao/esforco-financeiro-publico/>.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. Pelo Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 agosto, a PSML recebeu as atribuições de serviço público relativas à manutenção e desenvolvimento das atividades da Escola Portuguesa de Arte Equestre (EPAE), anteriormente delegadas na Fundação de Alter Real (FAR), instituída pelo Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de fevereiro (assegurar a representação do País, pela colocação da Coudelaria Real de Alter do Chão e da EPAE ao serviço do Protocolo do Estado e a manutenção e desenvolvimento das atividades da EPAE). Sediada nos Jardins do Palácio Nacional de Queluz e com apresentações no Picadeiro Henrique Calado, na Calçada da Ajuda (Belém), a EPAE promove o ensino, a prática e a divulgação da Arte Equestre tradicional portuguesa. Os cavalos da EPAE são Lusitanos da Coudelaria de Alter Real, antiga coudelaria da Casa Real Portuguesa.

O Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de agosto, procedeu à extinção da FAR, devolvendo ao Estado a prossecução das suas atribuições e determinando que a Coudelaria de Alter passasse a ser explorada em articulação com a EPAE, para divulgação do seu ferro e do Puro-Sangue Lusitano, nos termos a definir em acordo a celebrar entre a Companhia das Lezírias, S.A., e a PSML.

2. A prossecução da atividade da EPAE é assegurada exclusivamente pelas receitas geradas pela própria Escola e pelas receitas da PSML. Em 2021, como resultado das atividades que desenvolve, a EPAE recebeu um total de 2.860 visitantes, em treinos abertos ao público, em apresentações e em galas. No ano de 2021, como toda atividade e equipamentos geridos pela PSML, teve um crescimento de 44% de visitantes, comparando com o ano de 2020.
3. A Prestação de Serviço Público encontra-se concretizada, nomeadamente, no acordo/protocolo celebrado com a Companhia das Lezírias, para o fornecimento de cavalos de Puro-Sangue Lusitano, que permitirá a renovação do efetivo da EPAE.

VII. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas de acordo com a DUE de 19/09/2018

2. As despesas apresentadas para reembolso são autorizadas para pagamento sempre por um Administrador diferente de quem as realizou.
3. Foram apresentadas declarações pelos administradores nomeados a confirmar que se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses. Seguem em anexo a este relatório.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Na PSML não existe uma comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

1. A remuneração dos órgãos de Administração e fiscalização é definida pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012, de 14 de fevereiro, e 36/2012, de 26 de março, e pelos Despachos n.ºs 764/SETF/2012SETF, de 24 de maio, 848/SETF/2013, de 2 de maio, e 155/2018-SET, de 9/03/2018.

As remunerações incluem os cortes salariais previstos na Lei n.º 12-A-2010, de 30 de junho, na Lei n.º 159-A/2015, de 30 dezembro, das valorizações remuneratórias, nos termos do Despacho n.º 3746/2017, e a política remuneratória que consta da LOE/2019. Não existe nenhum tipo de remuneração variável nem atribuição de prémios, nem regimes complementares de pensões.

2. A remuneração da Administração foi fixada por Lei. A Administração da PSML aceita e assina o Contrato de Gestão, onde existem objetivos para o órgão de Administração, mas este ainda não foi definido e aprovado pela Tutela.
3. O Contrato de Gestão não está em vigor, não estando definidas quaisquer remunerações de natureza variável ou por atribuição de prémio.
4. Não existe qualquer diferimento da componente variável, uma vez que não está definida qualquer remuneração variável.
5. Os administradores da PSML não beneficiam de qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

D. Divulgação das Remunerações

1. Remuneração auferida pelos membros do órgão de Administração da PSML, em 2021:

Membro do CA (Nome)	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Dr.ª Sofia Cruz	Sim	C	4 578,20 €	1 831,28 €
Dr. José Lino Ramos	Sim	C	3 662,56 €	1 465,02 €
Dr.ª Dorabela Charneca	Sim	C	3 662,56 €	1 465,02 €

Dr. M
M

Remuneração Anual 2021 (€)					
Membro do CA (Nome)	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Dr.ª Sofia Cruz	85 439,66 €		85 439,66 €	2 746,92 €	82 692,74 €
Dr. José Lino Ramos	71 283,54 €		71 283,54 €	2 197,56 €	69 085,98 €
Dr.ª Dorabela Charneca	71 283,54 €		71 283,54 €	2 197,56 €	69 085,98 €
			228 006,74 €	7 142,04 €	220 864,70 €

- (1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).
(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Benefícios Sociais (€)								
Membro do CA (Nome)	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Encargo Anual	Encargo Anual	Identificar	Valor
Dr.ª Sofia Cruz	4,77 €	1 106,64 €	Segurança Social	20 291,88 €	468,62 €			
Dr. José Lino Ramos	4,77 €	1 106,64 €	Segurança Social	16 407,92 €	468,62 €			
Dr.ª Dorabela Charneca	4,77 €	1 106,64 €	Segurança Social	16 407,92 €	468,62 €			
	14,31 €	3 319,92 €		53 107,72 €	1 405,86 €	- €	- €	- €

- Não foram pagos quaisquer montantes, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.
- Não foi pago qualquer montante sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.
- Não foram pagas ou devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.
- Durante o exercício de 2021, os membros do Órgão Fiscal foram remunerados, conforme informação:

1. Relativamente aos membros do Conselho Fiscal:

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2021 (€)
Bruta	
Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira	17 946,60 €
Maria de Fátima Pereira Vinagre	13 459,88 €
Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barrela	13 459,88 €
	44 866,36 €

- Relativamente à remuneração anual de 2021 do ROC, ver por favor o ponto V.E.3. deste relatório.
- Durante o exercício de 2021, os membros da Mesa da Assembleia Geral foram remunerados, conforme a seguinte informação:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2018-2020	Presidente	Paulo Jorge Duarte Gomes	500,00 €	500,00 €
2018-2020	Secretária	Ana Paula Fernandes dos Santos	350,00 €	350,00 €
				850,00 €

VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Os mecanismos implementados pela PSML para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas são idênticos aos procedimentos e processos de controlo aplicados às transações com as outras entidades, uma vez que decorrem sempre da atividade da PSML. A PSML não tem transações com partes relacionadas no âmbito da aplicação da *Norma de Relato Financeiro 5*. Os procedimentos implementados relativos às transações comerciais mitigam o risco de a posição financeira e resultados serem afetados pela existência de transações com partes relacionais
2. Informação sobre outras transações:
 - a. Em todas as aquisições de bens e serviços, a empresa cumpre os procedimentos do Código da Contratação Pública. A empresa realiza todas as transações em condições de mercado, nos termos do Código da Contratação Pública e através da plataforma eletrónica Vortal, com exceção das aquisições de imóveis e de peças de acervo, para as quais a empresa recorre a avaliadores externos, credenciados pela CMVM e DGTF.
 - b. Todas as transações da PSML ocorreram nas condições de mercado no âmbito da Contratação Pública.
 - c. Em 2021, a PSML não teve fornecedores de serviços externos (FSE) com faturação superior a um milhão de euros.

IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

1. Estratégias adotadas com vista à sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental.

A sustentabilidade económica da PSML, no cumprimento da sua missão, depende fundamentalmente da cobrança de receitas provenientes dos visitantes e consequentemente da capacidade de atração e satisfação dos mesmos. O crescimento do número de visitantes, maioritariamente estrangeiros, tem sido a principal preocupação da empresa. No ano de 2021, o crescimento de visitantes face a 2020 verificou-se acima dos 41%, mas, se comparado com o ano de 2019, teve uma queda em cerca -71%, devido à situação pandémica COVID-19, pondo em causa a sustentabilidade e o equilíbrio económico e financeiro de curto prazo da PSML.

A PSML gere património do Estado e das atividades que desenvolve, nomeadamente, da recuperação e conservação de espaços e património edificado, resultam mais-valias introduzidas em cada um dos bens à sua guarda, que os acionistas e o público em geral devem poder conhecer e acompanhar através das demonstrações financeiras e da divulgação institucional (por vários canais de comunicação).

A estratégia de rigor de atuação decorre da excecional posição empresarial que a PSML ocupa no universo dos instrumentos de gestão de património público e do nível de bens que gere. A PSML procura ser exemplar nas boas práticas e na competência com que cuida dos jardins, florestas e monumentos que lhe estão afetos e na forma como os divulga, coloca ao dispor do público e fomenta a sua investigação. Neste sentido, a PSML ambiciona ser a melhor gestora de parques históricos em Portugal e potenciar a sua experiência, partilhando-a e procurando aplicá-la noutros locais semelhantes. Os prémios que a empresa recebe são a parte visível do sucesso desta estratégia.

Estando os parques de Sintra numa zona de alto risco de incêndio, constitui prioridade a respetiva prevenção bem como a beneficiação florestal. A certificação florestal (FSC) obtida e a sua manutenção são um ponto estratégico e essencial. Em 2021 a prevenção e combate aos fogos florestais concretizou-se em investimentos e gastos, dos quais cumpre destacar

os seguintes: manutenção de 2 equipas de sapadores florestais em Protocolo com a Câmara Municipal de Sintra; celebração de protocolos com o município de Sintra, com a aquisição de novos equipamentos adequados e atualizados no combate aos fogos; celebração de protocolo com o Regimento de Artilharia Antiaérea de Sintra para limpeza e vigilância da Serra de Sintra; Protocolo com os GIPs - Grupos de Intervenção Permanente da GNR, para uma maior amplitude de prevenção e de ataque aos incêndios; apoio à GNR, através da recuperação dos postos de vigia de Nafarros, Alcoitão, Belas e Pedra Amarela, e de ajuda financeira para manter o seu funcionamento para além da fase Charlie. A manutenção de 6 viaturas com Kits de primeira intervenção na deteção de incêndio, idênticas às das equipas de sapadores, por forma a que os colaboradores da PSML possam, em caso de emergência, ser os primeiros a chegar e ter os meios adequados para atacar o incêndio, no seu início.

A estratégia adotada ao longo dos anos tem sido devidamente explicitada nos Relatórios da Gestão e nos bons resultados evidenciados nas sucessivas prestações de contas até a PSML ter sido afetada pela externalidade da Pandemia, em 2020.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

“Mais visitantes, melhor divulgação dos parques de Sintra e melhores condições de acolhimento”. Com este mote, a PSML prossegue uma política de recuperação e requalificação do património à sua guarda: as recuperações são executadas com a maior qualidade possível e à vista dos visitantes (divulgação) e concebidas de forma a permitir oferecer novos polos de visita e conseqüente aumento de receitas. A satisfação dos visitantes é assegurada através da qualidade dos serviços oferecidos: pela escolha e formação criteriosa do pessoal de acolhimento e dos guias das visitas; pela implementação de serviços de apoio à visita (lojas, cafetarias, entre outros); e pela informação fornecida aos visitantes.

Dado o ano atípico de 2021, devido à pandemia de COVID-19 e o conseqüente decretamento do confinamento, entre 15 de janeiro e 4 de abril, a PSML viu-se forçada ao encerramento dos espaços, pelo que os colaboradores permaneceram nas suas residências durante esse período. Assim, não houve formação ministrada no decorrer desse período.

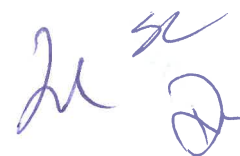
Aquando da reabertura dos espaços, as ações de formação sofreram ainda impacto com as medidas de distanciamento social impostas e com a restrição do número de pessoas em espaços fechados. Contudo, sempre que possível, foi adotado o sistema de formações em formato *e-learning*, que ajudou a atenuar as dificuldades sentidas.

No decorrer do segundo e terceiro trimestres do ano 2021, foram ministradas formações decorrentes das necessidades mais prementes de cada área funcional, nomeadamente Conservação Preventiva para Acervos Museológicos; Códigos dos Contratos Públicos – Alterações 2021; Workshop Garden Transmissions; 3.º Encontro Nacional de DPOs. Com efeito, durante 2021 foram retomados os trabalhos no âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da UE, tendo sido designado o Encarregado de Proteção de Dados.

Dada a natureza particular das condições económicas resultantes das restrições impostas pela pandemia COVID-19, decidiu a PSML incentivar a realização de formação interna. Neste âmbito, os trabalhadores operacionais da área do Património Natural assistiram a reforço de conhecimento sobre a missão e valores da PSML, revisão de conteúdos relativos aos procedimentos diários, contando ainda com a aquisição de novas competências inerentes ao tema: Pragas e Altos Valores de Conservação.

Aos trabalhadores que exercem funções na Escola Portuguesa de Arte Equestre foi ministrado um Workshop de formação – “Formação contínua de treinadores para revalidação do título profissional de treinador”.

Nas áreas de Atendimento ao Público, foram fortalecidos os conhecimentos na área de segurança, particularmente: Ações sobre os “Desfibriladores Automáticos Externos”, “Evacuação de Edifícios” e “HACCP – Segurança Alimentar”. Foi também ministrada, aos



colaboradores com funções de Apoio ao Visitante e Serviço Educativo uma formação interna de “Acessibilidades”, que visa dotar os participantes do conhecimento necessário para auxiliarem os visitantes nos circuitos de visitas acessíveis, bem como capacitá-los a operar a plataforma elevatória vertical em todos os polos PSML.

Ao longo do ano de 2021, com o processo de reforma dos softwares de bilhética, para operações de *front-office* e *back-office*, procedeu-se à formação dos trabalhadores na temática e em formato *e-learning*. Além disso, foram realizadas, igualmente, ações formativas presenciais com os trabalhadores de campo sobre esta mesma temática.

Por fim, foram financiadas e geridas formações que conferem a renovação dos títulos de Certificado de Aptidão para Motorista (CAM) e a Certificação de Motorista de Transporte Coletivo de Crianças (TCC), aos trabalhadores com funções de motorista.

Em 2021, a PSML deu continuidade ao projeto LIFE Lx Aquila, aprovado pela Comissão Europeia para cofinanciamento pelo Programa LIFE, da responsabilidade da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, na qual participa como parceira, foi. Este projeto iniciou-se a 1 de setembro de 2020 e tem duração prevista de 5 anos, com conclusão em agosto de 2025. O projeto tem como objetivo a criação de uma rede de tutela com vista à conservação da Águia de Bonelli. A PSML irá participar em diversas ações de: gestão de habitat para presas; implementação de medidas de conservação em redor dos ninhos; vigilância e gestão de atividades humanas que possam perturbar a nidificação de espécie, entre outras.

No âmbito da Certificação faseada dos Serviços de Ecossistemas prestados pelas áreas sob gestão da PSML em 2021 com a certificação da manutenção dos *stocks* de carbono, foram consultadas empresas para realização de um inventário florestal, de forma a conseguir avaliar o *stock* de carbono existente e fazer projeções, para três áreas.

No âmbito do Protocolo com o Fundo Ambiental e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a PSML iniciou, em junho de 2021, a elaboração da cartografia com a localização das intervenções previstas e que correspondem às 4 ações contempladas no protocolo: Recuperação e renaturalização de habitats ripícolas; Gestão estratégica de habitats em mosaicos de gestão de combustível; Gestão de habitats com redução de fitovolume e Recuperação de áreas ocupadas por invasoras lenhosas. E, em setembro de 2021, realizaram as obras de execução do Projeto para renaturalização das linhas de água.

Destaca-se, ainda, as intervenções fitossanitárias efetuadas nas áreas florestais e nos parques e jardins, com vista ao controle de pragas. Foi dada continuidade ao controle de traça-do-buxo (*Cydalima perspectralis*), tendo sido colocadas armadilhas com feromona no Parque de Monserrate, no Parque da Pena, no Palácio Nacional de Sintra (jardim e mata) e na Quinta Mont Fleuri. Adicionalmente, foram efetuados alguns tratamentos com Turex (inseticida biológico à base da bactéria entomopatogénica *Bacillus thuringiensis*) sempre que se considerou necessário. Em julho de 2021, foram ministradas quatro sessões de formação às equipas de jardinagem da PSML, de forma a dotá-las de ferramentas para uma correta identificação dos principais sinais e sintomas das pragas existentes no seu local de trabalho e conhecimentos sobre os procedimentos após confirmação de uma determinada praga/doença.

No âmbito da política ambiental, a PSML desenvolve variadas atividades de proteção e conservação ambiental, das quais destacamos as mais relevantes:

- Desde 2008, a empresa adotou o manual de boas práticas florestais publicado pelo ICNF; Desde 2010, a empresa tem vindo a realizar planos de gestão florestal para todas as áreas florestais que se encontram sob sua gestão, aprovados pelo ICNF;
- A empresa prossegue um plano de tratamento de efluentes, tendo instalado uma Fito-ETAR no Parque de Monserrate, em substituição de fossas tradicionais;
- A empresa encontra-se a implementar uma política de gestão dos resíduos sólidos com a instalação de ecopontos de separação de resíduos sólidos urbanos;

- A empresa mantém certificação de gestão florestal sustentável através do mecanismo FSC (*Forest Stewardship Council*) após as auditorias de 2021;
- No âmbito da política de minimização de impactes ambientais, a empresa adotou o uso exclusivo de óleos biodegradáveis em todos os equipamentos de apoio aos trabalhos florestais e de jardins;
- Sensibilizada para as várias vertentes de salvaguarda do Património, e no âmbito da sua política de responsabilidade ambiental, a PSML é sócia da Colher para Semear desde 2012, contribuindo de forma ativa para os objetivos do projeto através do cultivo, preservação e salvaguarda de 16 variedades regionais de hortícolas;
- Em 2016, a PSML realizou um projeto que visou aproveitar a instalação das estações radioelétricas numa localização alternativa, de forma a minorar o impacto ambiental das mesmas, dadas as responsabilidades da PSML enquanto entidade responsável pelo ordenamento e preservação ambiental do Parque da Pena e Santa Eufémia. O projeto foi concluído ainda em 2016 e apresentado aos operadores com vista à criação de um modelo de gestão para estas instalações;
- Em 2019, a PSML voltou a participar no “Reino de Natal”, uma iniciativa da Câmara Municipal de Sintra, que decorreu no Parque da Liberdade e em todo o centro histórico de Sintra. No Parque da Liberdade foram dinamizadas atividades de sensibilização ambiental, com a Quintinha de Monserrate como pano de fundo, dirigidas aos grupos escolares e famílias;
- Em 2021, deu continuidade à gestão dos resíduos produzidos na PSML, que foram encaminhados para um operador devidamente licenciado pela Agência Portuguesa do Ambiente. Os resíduos são segregados nas oficinas, ou nos locais em que são produzidos, consoante a sua natureza e contaminação. Todas as recolhas são acompanhadas por uma guia de acompanhamento de resíduos (e-GAR), de acordo com a legislação em vigor e registadas anualmente na plataforma eletrónica Siliamb.
- Em 2021, foi dada continuidade ao modelo de manutenção dos jardins, nos jardins de Queluz, em articulação com a política de responsabilidade social da empresa, através da contratação de serviços prestados por equipas de pessoas com vulnerabilidade e dificuldades de integração e acesso a emprego em condições de igualdade de oportunidades, coordenadas pela Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) CECD – Mira Sintra.

De acordo com as orientações e práticas da responsabilidade social corporativa, em 2021, e apesar do momento atípico que atravessamos, a PSML teve a oportunidade de acolher diversos estágios curriculares, fortalecendo a sua relação com a comunidade local na figura de escolas secundárias e profissionalizantes, universidades e entidades governamentais, para a promoção da reinserção social e do emprego. A população abrangida por estes estágios é bastante diversa, desde alunos que se encontram a concluir o ensino secundário, alunos que se encontram a realizar uma especialização técnico-profissional, alunos do ensino superior, a cidadãos portadores de deficiência intelectual. No âmbito das áreas do Turismo, Animação e Cultura, a PSML colaborou com o IEFP de Sintra, CENINTEL, CERCICA, Sintra Inclui, Escola Secundária Ferreira Dias, Escola Profissional Profitecla, Escola Profissional Gustave Eiffel, Escola Secundária Santa Maria, EPAV – Escola de Hotelaria de Colares, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Master.D, a Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal e com a Universidade Católica Portuguesa. No âmbito da História de Arte, Museologia e Conservação e Restauro, a PSML colaborou com Universidade Nova de Lisboa.

No exercício de 2021, o estado de conservação global do edificado, por tipologia, passou a ser avaliado segundo as intervenções com auditorias internas ao estado de conservação. Esta avaliação global agregada é desenvolvida de forma individual, por tipologia e por imóvel, e tem por objetivo apoiar a definição de intervenções futuras e de ações de manutenção.

Em 2021, a PSML prosseguiu a implementação do Plano Estratégico de Conservação do Património Construído da PSML, que envolveu a aplicação da ferramenta de gestão e planeamento das intervenções, desenvolvida em 2019, após o levantamento do estado de

conservação dos vários polos geridos pela empresa. Foi, igualmente, dado grande enfoque à beneficiação geral dos espaços de apoio à operação da empresa, nomeadamente, no que diz respeito aos espaços de acolhimento ao público, como espaços de restauração, lojas e instalações sanitárias. Em parceria com as diferentes entidades que atuam sobre a Paisagem Cultural de Sintra, foi coordenada e desenvolvida a revisão do seu plano de gestão. O que propõe uma nova sistematização da atuação no bem, criando 6 unidades de gestão de paisagem. Cada Unidade de Gestão impõe-se pelas características do seu património natural e construído, cujos limites resultam da carta de cadastro e das bacias hidrográficas; da existência de dois eixos viários estruturantes: a Estrada Velha de Colares e da Estrada da Cumieira/ Capuchos; da influência da presença a norte da ribeira de Colares e da sua veiga; e do perímetro urbano do centro histórico de Sintra.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Políticas de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável:

O património construído e natural que a PSML gere é um dos pilares em que assenta a indústria turística da região, sendo este um setor fundamental na dinamização da economia local e na criação de emprego. Ao cumprir a missão que lhe foi confiada, a empresa contribui para o desenvolvimento do território, cooperando ativamente com a autarquia na criação de sinergias que impulsionem, tanto o turismo, como a qualidade de vida de quem escolhe o concelho de Sintra para residir e trabalhar.

A PSML conduz as suas atividades de forma ética, social e ambientalmente responsável, assumindo vários compromissos em termos de responsabilidade social. Desde 2013 que a PSML tem vindo a melhorar as condições de acessibilidade aos parques e aos Palácios sob a sua gestão. Tem, igualmente, havido um investimento crescente numa gestão ambiental consciente, o que proporciona uma melhor qualidade de vida das comunidades locais. As ações de responsabilidade social que a PSML desenvolve estão diretamente relacionadas com a missão da empresa e com o serviço público que esta presta na conservação e promoção de Património classificado pela UNESCO, e, por conseguinte, Património de Todos.

Ao nível da responsabilidade social, em 2021, a PSML teve como principais objetivos: manter os graus de acessibilidade física alcançados nos vários parques e monumentos, com uma manutenção preventiva e corretiva rigorosas dos equipamentos, com contratação externa, e reforçar a manutenção interna que permita dar uma resposta imediata, responsável e proativa às alterações na disponibilização dos equipamentos perante este momento pandémico; continuar o reforço tecnológico com as visitas mais digitais, uma vez que as aplicações desenvolvidas anteriormente se mostraram bem-sucedidas, utilizando a tecnologia como uma forma de ultrapassar barreiras físicas, impossíveis atualmente de alterar, tendo em conta as características dos monumentos; estreitar a comunicação ativa com as Associações de pessoas com deficiência parceiras desde o início do projeto de Acessibilidades, com o objetivo de definir estratégias para atrair mais público, dar uma imagem segura neste momento de pandemia e tornar o Património mais próximo de todos os públicos; melhorias nos documentos utilizados para comunicar tecnicamente as condições de acessibilidade a parceiros, acionistas e outras entidades, como a UNESCO, nomeadamente a revisão de planos de acessibilidade de todos os monumentos e estabilização estética e forma da sua apresentação; replicar as iniciativas de dádiva de sangue, previstas duas vezes por ano, em junho e dezembro, incluindo o envolvimento de um elevado número de colaboradores da empresa, promoção ativa da ação, contribuindo desta forma com os meios de promoção e com a imagem da empresa para desenvolver uma consciência de responsabilidade social no público e atraí-lo a contribuir para a Saúde e Sociedade; continuar a integrar pessoas com deficiências nas ações de manutenção de jardins, contribuindo para a sua formação profissional e igualdade de oportunidades de trabalho; manter Certificado de Gestão Florestal do FSC®, que garante o cumprimento de todos os princípios de gestão florestal sustentável; continuar a garantir eliminação adequada de todos os resíduos, de modo a

evitar a contaminação ambiental; manter ações para melhoria da qualidade da água, através da continuação dos cuidados durante as operações florestais, de forma a não contaminar as linhas de água e a não danificar galerias ripícolas, e dando continuidade ao projeto de renaturalização; fomentar o envolvimento da comunidade local através de ações de voluntariado ambiental, aumentando a sensibilidade do público para questões ambientais e tornando-o parte ativa na resolução de problemas associados à conservação da natureza; apostar em métodos mais sustentáveis para combater as invasoras lenhosas, nomeadamente garantindo uma utilização de herbicida apenas quando extremamente necessária, pondo em prática todos os cuidados antes, durante e depois da aplicação e procurando métodos alternativos, viáveis do ponto de vista ambiental e económico, que garantam resultados eficientes.

Projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor”

Em 2021, a PSML continuou a missão de melhorar a inclusão de públicos diversificados em todos os monumentos sob sua gestão, tendo o projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor” sido focado na manutenção de todos os equipamentos disponíveis ao público bem como de todos os modelos táteis.

As manutenções preventivas e corretivas de cadeiras de rodas, de equipamentos elétricos de apoio à mobilidade, de maquetes táteis dos monumentos e das rampas metálicas permanentes foram realizadas ao longo do ano, com vista a assegurar o correto funcionamento de todos os equipamentos. Contaram com:

- Cadeiras de rodas manuais de chassis de encartar, num total de 18 cadeiras revistas, distribuídas por Parque e Palácio Nacional da Pena (6 unidades), Chalet da Condessa d’Edla (1 unidade), Parque e Palácio de Monserrate (3 unidades), Castelo dos Mouros (2 unidades), Palácio Nacional de Queluz (4 unidades), Palácio Nacional de Sintra (1 unidade) e Convento dos Capuchos (1 unidade);
- Rampas permanentes em aço inoxidável, incluindo revisão do tratamento antiderrapante, num total de 23 objetos distribuídos por Palácio de Sintra (9 unidades), Parque e Palácio de Monserrate (3 unidades), Palácio Nacional de Queluz (5 unidades), Parque e envolvente do Palácio Nacional da Pena (5), e Chalet da Condessa d’Edla (1 unidade);
- Equipamentos de tração, num total de 6, distribuídos por Parque da Pena (2 unidades), Parque de Monserrate (1 unidade), Palácio Nacional de Sintra (1 unidade), Palácio e Jardins de Queluz (1 unidade) e Castelo dos Mouros (1 unidade);
- Maquetes táteis de todos os monumentos, incluindo os modelos dos interiores do Palácio de Monserrate;
- Cadeira de rodas elétrica todo-o-terreno, incluindo a sua manutenção corretiva, usada na Tapada D. Fernando II, no percurso Natureza para Todos.

Foram, também, realizadas inúmeras manutenções internas, para assegurar o bom funcionamento de todos os equipamentos nesta época pandémica em que o nível de utilização se alterou.

Foram igualmente produzidos os planos de acessibilidade para os seguintes monumentos: Palácio Nacional de Sintra, Palácio Nacional de Queluz e Jardins de Aparato, Parque e Palácio Nacional da Pena, incluindo o Chalet da Condessa d’Edla, Parque e Palácio de Monserrate, incluindo o Centro de Interpretação da Natureza, Castelo dos Mouros e Convento dos Capuchos. Os documentos são disponibilizados nos Planos de Valorização de cada monumento e quando solicitado.

No final de 2020, identificaram-se várias lacunas ao nível de faixas antiderrapantes nos lanços de escadas do Palácio de Monserrate. Assim, no primeiro trimestre de 2021, solicitou-se a uma equipa de manutenção que executasse a respetiva correção, tendo-se acompanhado o seu resultado e verificado a sua qualidade. As faixas antiderrapantes

foram novamente revistas no final de 2021 e corrigidas, no caso do Palácio Nacional de Queluz. Prevê-se, para o início de 2022, a correção do Palácio de Monserrate e do Palácio Nacional de Sintra.

Com vista à divulgação das condições de acessibilidade no património gerido pela PSML e do projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor”, foram realizadas várias visitas técnicas e reportagens ao longo do ano de 2021, nomeadamente: uma reportagem da Associação Salvador no Castelo dos Mouros, precedida de visita e avaliação técnica no local; uma reportagem para o canal de Youtube “Vai de rodas”, no Palácio Nacional de Queluz, no Parque da Pena, incluindo um passeio de charrete; e uma reportagem no percurso Natureza para Todos, na Tapada D. Fernando II, precedida de visita e avaliação técnica no local.

A PSML foi, ainda, convidada a participar em aulas em contexto universitário com a apresentação das condições de acessibilidade aos seus monumentos e os maiores desafios de conciliar estes conceitos com a proteção do Património sob sua gestão.

Foram realizadas várias formações ao longo de 2021, nomeadamente ao Serviço Educativo – acerca das condições de acessibilidade no momento e novos procedimentos devido à situação pandémica – e a colaboradores que recebem os visitantes – acerca do funcionamento de equipamentos, como a plataforma elevatória vertical do Palácio de Queluz, recentemente intervencionada. As ações de formação são de grande relevância e são mantidas como prática habitual pela empresa de forma a capacitar os colaboradores para um atendimento de excelência, incluindo a pessoas com deficiência.

Protocolo “Património Gera Inclusão”

A iniciativa “Património Gera Inclusão”, protocolada com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais desde 2007, prevê o acolhimento de reclusos e reclusas em final de pena para trabalhar na PSML. Esta iniciativa encontra-se suspensa devido à pandemia de Covid-19, prevendo-se a sua continuidade quando a situação pandémica regredir. Faz parte das ações de responsabilidade da empresa e tem como objetivo permitir o acesso ao trabalho, à formação profissional e à Cultura, em Regime Aberto Voltado para o Exterior (RAVE), contribuindo para a sua reinserção social e profissional e combatendo situações de carência.

Projeto “Cultura Para Todos: Conteúdos Museológicos Mais Inclusivos”

O projeto “Cultura para Todos” é financiado a 90% pelo Turismo de Portugal, I.P., com o objetivo de disponibilizar conteúdos de forma mais inclusiva. O projeto foi prorrogado até final de 2022.

Durante o ano de 2021, foi desenvolvida a aplicação 360° do Palácio da Pena, com recolha de fotografias de alta resolução e montagem do circuito deste palácio. Espera-se a sua divulgação, promoção e a introdução de conteúdos inclusivos (Língua Gestual Portuguesa) em 2022. Desta forma, a PSML leva o monumento a um público mais diversificado, permitindo a visita por parte de todos, incluindo pessoas com mobilidade condicionada, ainda que ao nível digital.

Com o objetivo de tornar a aplicação 360° do Palácio Nacional de Sintra mais inclusiva, introduziram-se vídeos em Língua Gestual Portuguesa para todos os seus conteúdos. Os conteúdos foram produzidos pela Associação Portuguesa de Surdos, no seguimento do protocolo de consultoria estabelecido no âmbito do projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor”. A aplicação encontra-se disponível com esta funcionalidade desde o seu lançamento, a 24 de setembro.

No âmbito do “Cultura para Todos”, estava programado o desenvolvimento de réplicas de alguns elementos em estuque das salas do Palácio de Monserrate, tais como os relevos nas paredes, arcos nos vãos, capiteis das salas, entre outros. No terceiro trimestre do ano de 2021, o projeto foi retomado, com a escolha e confirmação dos



elementos a replicar, locais a que se destinam e pedidos de orçamento para o trabalho. Espera-se a conclusão do trabalho e a disponibilização destes novos elementos táticos de apoio à visita em 2022.

Projeto “Natureza para Todos”

O projeto “Natureza para Todos” é financiado em 90% pelo Turismo de Portugal, I.P., e tem como objetivo a disponibilização de um percurso de natureza inclusivo. O projeto foi prorrogado até final de 2022.

Durante o ano de 2021, foram realizadas diversas ações de manutenção dos caminhos e das mesas de madeira com conteúdos. As biovaletas que acompanham os caminhos começaram também a ser intervencionadas, com o objetivo de devolver toda a sua capacidade. Foram, também, instaladas mesas de conteúdos adicionais.

Programas de voluntariado

O Dia Europeu dos Jardins Históricos, promovido pela Rota Europeia dos Jardins Históricos, foi celebrado através de dois grupos de voluntários, que participaram em diversas tarefas regulares de manutenção de jardins, contribuindo, assim, para a preservação deste património histórico. Os voluntários participaram na rega, na monda de canteiros e nas plantações, no Palácio Nacional de Sintra e no Palácio Nacional de Queluz.

Em 2021, a PSML manteve a parceria com a Associação Plantar 1 Árvore, tendo chegado ao fim o projeto LIFE VOLUNTEER ESCAPES no mês de junho, com os seguintes resultados:

- Erradicação de espécies invasoras – 30,19 hectares;
- Árvores plantadas em cinco habitats com interesse para a conservação – 15,23 hectares;
- Manutenção de floresta e proteção de regeneração natural – 36,28 hectares;
- Valorização de percursos pedestres – 3,6 km;
- Sementes de espécies autóctones semeadas em viveiro – 1604 unidades.

Foi, ainda, iniciado o processo para assinatura de um protocolo tripartido entre a PSML, a Plantar 1 Árvore e a Câmara Municipal de Sintra.

Protocolo com Cooperativas para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados

Na sua política de responsabilidade social, a PSML tem vindo a promover, desde 2012, a formação e integração profissional de pessoas com deficiência, cidadãos com maior vulnerabilidade e com maiores dificuldades de integração e acesso ao emprego em condições de igualdade de oportunidade.

A integração de pessoas com deficiência é um direito fundamental dos cidadãos e um dever do Estado, previsto no artigo 71.º da Constituição da República Portuguesa. As entidades públicas devem promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência, conferindo oportunidades de trabalho que o sector privado, pela lógica concorrencial de mercado, tem menor disponibilidade para oferecer.

Em 2021, renovou-se, assim, a cooperação entre a PSML e a entidade C.E.C.D. MIRA SINTRA Centro de Educação para o Cidadão com Deficiência, C.R.L., através da outorga de um Protocolo com vista à realização serviços de jardinagem em qualquer propriedade sob gestão da empresa, de outubro de 2021 a setembro de 2022.

Ações de doação de sangue

Em 2021, realizaram-se duas iniciativas de dádiva de sangue, promovidas pela PSML, em associação com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação e com a Associação de Dadores do Concelho de Sintra. A primeira iniciativa realizou-se no dia 12 de junho e a segunda teve lugar no dia 11 de dezembro; em ambos os dias, as iniciativas contaram com um número de dadores superior a 30.

Handwritten initials: M, D, and a signature.

A empresa pretende continuar a contribuir para o restabelecimento de bancos de sangue, no âmbito das ações de Responsabilidade Social da empresa, aproximando-se da comunidade. Prevêem-se duas novas ações de dádiva de sangue para 2022, em junho e novembro.

Encontros e conferências

- Colóquio internacional “Jardins Ibéricos”: Realizado no Palácio Nacional de Queluz, foi organizado pela Universidade de Leipzig e pela Carl Justi-Vereinigung (Dresden). Contou com participantes de Portugal, Alemanha, Espanha e Itália e com comunicações das equipas técnicas da Parques de Sintra sobre o sistema de captação de águas em Sintra e os Jardins de Queluz;
 - Colóquio Internacional de Música: Subordinado ao tema: “As mulheres e a música no período moderno”, decorreu de 2 a 4 de julho no Palácio de Queluz, em parceria com o Centro de Estudos Musicais Setecentistas de Portugal – Divino Sospiro;
 - Plano Nacional das Artes: o trabalho e oferta da PSML, na sua dimensão educativa, foi apresentado em reunião virtual no âmbito do Plano Nacional das Artes (PNA), na qual participaram representantes dos vários planos, programas e redes do PNA, professores de 9 Agrupamentos de Escolas nacionais e diversas organizações culturais;
 - Gulbenkian Education Summit: Evento de apresentação dos resultados das Academias Gulbenkian do Conhecimento, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, em que a Parques de Sintra participou, em parceria com a Movimento Bloom, com o projeto Escola da Floresta Bloom ao longo do ano letivo 2018/2019 (projeto que envolveu alunos, professores e pais de 8 turmas da Escola básica do 1.º ciclo da Várzea de Sintra);
 - +Resilience – Scaling Out Roadshow: Participação da PSML, com uma comunicação oral, por convite, numa conferência no âmbito do projeto “+Resilience – Scaling Out Roadshow” com a apresentação de ações e soluções do projeto “Parques de Sintra Acolhem Melhor”;
 - I Encontro “Acessibilidade e Inclusão na Arte e no Património”: Participação da PSML com uma comunicação oral e artigo para este congresso da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, sobre o tema da acessibilidade em Património, onde apresentou alguns dos exemplos que tem sob sua gestão;
 - Palamusto: No âmbito do projeto europeu Palamusto, com coordenação da Universidade Católica de Lovaina e cujo objetivo é a criação de uma base de dados com informação de relevo sobre palácios reais europeus, foram realizadas duas viagens de estudo a palácios e casas nobres na região de Utrecht, Países Baixos (setembro), e Heidelberg, Alemanha (novembro). Nestas viagens, estiveram presentes todos os coordenadores e estagiários de investigação envolvidos neste projeto, assim como diversos peritos que mostraram ao grupo os diversos edifícios visitados;
- b) Políticas para a promoção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial:

A PSML assume um sério compromisso com a responsabilidade social, desenvolvendo as suas atividades de forma ética, social e ambientalmente responsável.

A empresa tem vindo melhorar as condições de visitação, com maior nível de acessibilidade aos parques e aos Palácios sobre sua gestão. Da mesma forma, tem havido um investimento crescente numa gestão ambiental consciente e numa estreita relação com as partes interessadas, englobando toda a área sob sua gestão, que proporcione maior qualidade de vida às comunidades locais. Deste modo, a PSML assume que as ações de responsabilidade social que desenvolve estão, atualmente, diretamente ligadas à missão da empresa, no que diz respeito ao turismo e ao serviço público que presta na conservação e promoção de Património da UNESCO, e, por conseguinte, Património de Todos.

Handwritten initials in blue ink, including a large 'D' and 'M'.

No âmbito do artigo 49.º do RJSPE, a PSML informa os acionistas e o público no geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, no que diz respeito ao cumprimento de uma política de responsabilidade social externa, ações internas e em termos da sua prestação do serviço público.

A considerar em 2021, a PSML estabeleceu como objetivos estratégicos para cumprimento da missão da empresa os seguintes pontos:

- ✓ manter os graus de acessibilidade física alcançados nos vários parques e monumentos, com uma manutenção preventiva e corretiva rigorosas dos equipamentos, com contratação externa, e reforçar a manutenção interna que permita dar uma resposta imediata, responsável e proativa às alterações na disponibilização dos equipamentos perante este momento pandémico;
- ✓ continuar o reforço tecnológico com as visitas mais digitais, uma vez que as aplicações desenvolvidas anteriormente se mostraram como bem-sucedidas, utilizando a tecnologia como uma forma de ultrapassar barreiras físicas, impossíveis atualmente de alterar tendo em conta as características dos monumentos;
- ✓ estreitar a comunicação ativa com as Associações de pessoas com deficiência parceiras desde o início do projeto de Acessibilidades, com o objetivo de definir estratégias para atrair mais público, dar uma imagem segura neste momento de pandemia e tornar o Património mais próximo de todos os públicos;
- ✓ melhorias nos documentos utilizados para comunicar tecnicamente as condições de acessibilidade a parceiros, acionistas e outras entidades, como a UNESCO, nomeadamente a revisão de planos de acessibilidade de todos os monumentos e estabilização estética e forma da sua apresentação;
- ✓ replicar as iniciativas de dádiva de sangue, previstas duas vezes por ano, em junho e dezembro, incluindo o envolvimento de um elevado número de colaboradores da empresa, promoção ativa da ação, contribuindo desta forma com os meios de promoção e com a imagem da empresa para desenvolver uma consciência de responsabilidade social no público e atraí-lo a contribuir para a Saúde e Sociedade;
- ✓ Continuar a integrar pessoas com deficiências nas ações de manutenção de jardins, contribuindo para a sua formação profissional e igualdade de oportunidades;
- ✓ manter Certificado de Gestão Florestal do FSC® que garante o cumprimento de todos os princípios de gestão florestal sustentável;
- ✓ continuar a garantir eliminação adequada de todos os resíduos, de modo a evitar a contaminação ambiental;
- ✓ manter ações para melhoria da qualidade da água, através da continuação dos cuidados durante as operações florestais, de forma a não contaminar as linhas de água e a não danificar galerias ripícolas, e dando continuidade ao projeto de renaturalização;
- ✓ fomentar o envolvimento da comunidade local, através de ações de voluntariado ambiental, aumentando a sensibilidade do público para questões ambientais e tornando-o parte ativa na resolução de problemas associados à conservação da natureza;
- ✓ apostar em métodos mais sustentáveis para combater as invasoras lenhosas, nomeadamente garantindo uma utilização de herbicida apenas quando extremamente necessária, pondo em prática todos os cuidados antes, durante e depois da aplicação e procurando métodos alternativos, viáveis do ponto de vista ambiental e económico, que garantam resultados eficientes.

Ainda, e de destacar, o estreitamento da relação entre as várias partes interessadas da organização e servindo de exemplo de boas práticas de Responsabilidade Social a outras instituições. Esta prática de responsabilidade social é promovida e foi distinguida anteriormente pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial no prémio “Reconhecimento de práticas em Responsabilidade Social”.

c) Planos de igualdade entre homens e mulheres: quanto ao resultado das boas práticas seguidas e implementadas pela PSML neste domínio, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) considerou que não é possível atribuir diferenças salariais na PSML entre os trabalhadores e as trabalhadoras devido ao sexo, não sendo estas estatisticamente significativas (relatório bianual de 2020-2021 <https://www.parquesdesintra.pt/media/zr4pbdpa/plano-para-a-igualdade-de-g%C3%A9nero-psml-2020-21.pdf>). A PSML age em conformidade com a Carta das Nações Unidas, a Declaração de Direitos Humanos da ONU, diferentes Convenções da Organização Internacional do Trabalho e a própria Constituição da República Portuguesa. Para o efeito, a PSML tem em vigor um Código de Ética, de cumprimento obrigatório para todos os seus colaboradores e que consagra expressamente a obrigatoriedade da Igualdade de Tratamento (art. 7.º) e da Não Discriminação (art. 15.º). Foi ainda desenvolvido o Plano para a Igualdade de Género, do qual constam as medidas já em prática nesta instituição, bem como medidas a adotar num futuro próximo, num esforço de constante aperfeiçoamento.

d) Medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género:

Do atual *Plano para a Igualdade de Género* constam, para além das já praticadas, as seguintes medidas:

- ✓ com vista a Igualdade no Acesso a Emprego e nas Condições de Trabalho, compromete-se a PSML a: utilizar linguagem inclusiva, permitindo candidaturas de qualquer género; procurar a inclusão, nos processos de recrutamento, de pelo menos um elemento do género sub-representado a cada cinco candidaturas; garantir, sempre que possível, a equidade na representação de género nas diversas áreas funcionais;
- ✓ focada na Igualdade Remuneratória, a PSML responsabiliza-se: por garantir que a remuneração de todos os colaboradores respeita a tabela salarial definida em Acordo de Empresa, no qual se encontram previstos os valores atribuídos por função, independentemente do género; pela elaboração e divulgação interna de um relatório trienal acerca das remunerações de mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas;
- ✓ pretendendo consciencializar os colaboradores para o tema, a PSML empenha-se: na divulgação para a promoção e aceitação da diversidade, nomeadamente, através da divulgação interna do Plano para a Igualdade de Género; em assegurar o pleno conhecimento dos manuais e regulamentos de ética e boas práticas implementadas; em incluir na comunicação interna e externa uma política comunicacional não discriminatória em função do sexo e promotora da igualdade de género;
- ✓ em função da Proteção na Parentalidade, a PSML propôs-se: divulgar na página da intranet os direitos existentes na lei em matéria de proteção da maternidade e paternidade; acompanhar o regresso dos colaboradores ausentes durante longos períodos por motivos de gozo de licença relacionada com a parentalidade e assegurar a sua reintegração;
- ✓ ainda no âmbito familiar, a PSML valoriza a conciliação entre a vida profissional e familiar e pretende: analisar a possibilidade de atribuição do regime de teletrabalho a colaboradores que o solicitem por motivos de cariz familiar; analisar pedidos de ajuste de horários de trabalho por motivo de necessidades pessoais/familiares; fixar jornadas contínuas quando a função o permita e de acordo com a vontade expressa dos colaboradores; manter a atribuição de planos de seguro de saúde;

Para o período de 2020-2021, o Relatório para a Igualdade, conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de Agosto, cumpriu a obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de Junho, nomeadamente, para a DGAEP (Direção-Geral da Administração e do Emprego Público) -- SIOE@dgaep.gov.pt, para a CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) - cig@cig.gov.pt - e, em simultâneo, para a CITE.

Relatório para a Igualdade e os comprovativos de envio da informação encontra-se disponíveis no local da internet da PSML no endereço: <https://www.parquesdesintra.pt/media/zr4pbdpa/plano-para-a-igualdade-de-g%C3%A9nero-psml-2020-21.pdf>.

e) Políticas de recursos humanos:

Em 2021, no que concerne ao seu contributo para a motivação e valorização individual dos colaboradores, a PSML:

- ✓ Desenvolveu esforços contínuos para melhorar as condições de trabalho dos colaboradores, nomeadamente nos seus postos de trabalho;
- ✓ Estabeleceu parcerias com entidades externas para a promoção de condições vantajosas a colaboradores e familiares;
- ✓ Implementou a redução de preços para utilização interna dos serviços de cafetaria e loja;
- ✓ Valorizou de forma constante os recursos humanos, através de políticas de formação para desenvolvimento pessoal e profissional;
- ✓ Fomentou o trabalho em equipa e o acesso justo e igualitário a oportunidades e recursos;
- ✓ Deu primazia ao recrutamento interno, em detrimento do recrutamento externo, promovendo assim a mobilidade interna e estabelecendo oportunidades de progressão na carreira e desenvolvimento de competências;
- ✓ Colaborou com Cooperativas para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados;
- ✓ Promoveu, no processo de Avaliação do Desempenho, a introdução de objetivos focados no desenvolvimento pessoal e profissional de cada colaborador e no seu contributo para a equipa.

A situação pandémica gerada pela disseminação do novo coronavírus à escala global obrigou a PSML a continuar o seu processo de adaptação. Desde março de 2020 (data da declaração do primeiro Estado de Emergência em Portugal), a PSML desenvolveu e ajustou as medidas gerais de Segurança e Higiene, com vista à proteção e bem-estar dos colaboradores e dos visitantes.

Para fazer face a esta crise de saúde pública, que ainda perdura, a PSML tem procedimentos internos de atuação para situações de casos confirmados de doença por covid-19 e situações de casos suspeitos (por contactos de proximidade ou por apresentação de sintomas), por forma a garantir, primeiramente, a segurança de todos os trabalhadores, assim como o bom funcionamento dos serviços prestados ao visitante.

Para além de medidas de reação, a PSML mantém as medidas de prevenção, no sentido de assegurar a proteção e o bem-estar de todos quantos frequentam os polos sob sua gestão. A PSML disponibiliza equipamentos de proteção individual (máscaras e luvas) a todos os colaboradores, tem dispensadores de solução alcoólica em todos os espaços comuns, possui barreiras de proteção acrílica em balcões e janelas de atendimento ao público e manteve a adoção do registo biométrico de assiduidade, de modo que este pudesse ser realizado através da utilização de cartões, sem necessidade de contacto físico dos colaboradores com os aparelhos.

Por forma a garantir o cumprimento do distanciamento social recomendado nos espaços interiores, foi, ainda, adaptada a lotação máxima: de visitantes por monumento e reforçada a respetiva higienização.

Os colaboradores com funções compatíveis com trabalho à distância desempenharam-nas, sempre que possível, em regime de trabalho remoto ou com presença alternada entre membros da equipa, reduzindo assim o número de pessoas por sala/espço, por forma a garantir o distanciamento entre as pessoas e reduzindo risco de contágio. Relativamente às equipas com funções de atendimento ao público ou cujas funções

requerem trabalho presencial, foi reduzida a rotatividade entre postos de trabalho, com o intuito de conter, dentro do possível, o risco de contágio.

De resto, no contexto do cumprimento de normas e da legislação em vigor, e com o objetivo de garantir condições de segurança e saúde dos trabalhadores, deu-se continuidade aos procedimentos implementados em 2018: disponibilização de equipamentos e materiais adequados às atividades que cada colaborador desempenha, para controlo e mitigação de riscos associados, nomeadamente, equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva.

Continuaram a realizar-se ações de acolhimento aos novos colaboradores e prestadores de serviços que incorporam as diversas equipas operacionais de campo, em que são apresentadas as regras gerais de comportamento a adotar, bem como as medidas de controlo e mitigação dos riscos de segurança a que estão sujeitos, concretamente, a avaliação de riscos.

Foi, ainda, realizado o inventário anual, a aquisição e a manutenção de ferramentas de poda, de acessórios e de consumíveis afetos às equipas operacionais de campo, com vista a garantir um *stock* de material ajustado às necessidades, e procedeu-se à reorganização das mesmas, por forma a garantir-lhes uma melhor disponibilização de meios, na sequência da ocupação das instalações sociais de Santa Eufémia.

f) Medidas para a competitividade da empresa, designadamente, pela via da investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias, com o objetivo de criação de valor para o acionista (e diminuição de riscos):

No que se refere à criação de valor para os acionistas, que lhe entregaram património para gestão, a PSML, na prossecução da sua missão, regista todas as benfeitorias (investimentos) realizadas em cada propriedade recebida, de modo a que seja possível a cada acionista acompanhar as mais-valias aí geradas.

Em todas as áreas de atividade, a empresa procura a introdução de inovação e a exploração de novas tecnologias, em colaboração com empresas especializadas e universidades. Os principais projetos desenvolvidos ou ainda em implementação são os seguintes:

- um vasto sistema de videovigilância baseado em câmaras CCTV;
- sistema botânico de informação geográfica (georreferenciação e classificação botânica de todas as árvores dos Parques da Pena e Monserrate);
- um anel de fibra ótica que liga todos os espaços sob gestão da empresa;
- aplicações digitais para apoio à visita de espaços naturais e monumentos (projetos *Talking Trees*, *Talking Heritage* e *Fala Comigo*);
- sistema de controlo eletrónico do estacionamento ao longo da Calçada da Pena
- disponibilização de rede *wifi* em todos os locais de visita;
- a funcionalidade *Indoor Maps* para os Palácios da Pena, Sintra, Queluz e Monserrate, passando a ser possível, a qualquer utilizador da plataforma *Google Maps* (através de computador e equipamentos mobile - Android e IOS) aceder às plantas de cada um destes palácios, nos seus diferentes níveis. Parceria entre a Google e a PSML;
- no segundo semestre de 2016, foi implementado um novo canal de venda de bilhetes através de *Kiosks* de pagamento automático com cartão. Esta forma de atendimento ao visitante permite, de uma forma muito simples e rápida, aumentar a fluidez no início da visita e a sua satisfação global, que foi ampliado com novo equipamento durante o exercício de 2017 e em 2021;
- foi implementada a loja *on-line*, com o objetivo de dinamizar as vendas destes artigos, aumentando o seu âmbito de mercado, também para uma base internacional;
- por forma a manter um maior nível de presença junto dos utilizadores, optou-se por descentralizar a localização da equipa de suporte informático;

- uma outra forma de tornar mais eficiente a prestação de suporte consistiu na aquisição de um *software* vocacionado para suporte remoto, nomeadamente o “Dameware”, permitindo assim a visualização do ecrã do utilizador e eliminando os custos e demoras associados a deslocações;
- por forma a dar provimento à crescente necessidade de armazenamento local de dados, decorrente quer da atividade normal da empresa quer da estratégia de armazenamento em infraestrutura própria de diversos sites e serviços contratados externamente, procedeu-se à aquisição de equipamentos que permitiram a ampliação da capacidade de armazenamento existente, permitindo assim assegurar a disponibilidade de espaço em disco e *backups* para o futuro próximo;
- foi dada continuidade à implementação de um *datacenter* no Palácio Nacional de Queluz. Foram instalados no *datacenter* diversos equipamentos ao nível de comunicações, armazenamento de dados e servidores computacionais. Foi ainda instalada, ao nível de comunicações com o exterior, uma ligação de dados direta de alta capacidade (fibra escura) entre os *datacenters* de Monserrate e Queluz. E foi também instalado, em Queluz, um novo acesso Internet para complemento do atualmente existente em Monserrate;
- foram adquiridos e instalados alguns equipamentos de rede (*switches*), permitindo assim um maior desempenho da rede informática. Também o *router* principal de ligação à Internet foi alvo de atualização, sendo substituído por outro mais moderno e melhor desempenho;
- procedeu-se à ampliação e modernização do parque de equipamentos telefónicos, nomeadamente, telefones IP;
- aplicação de apoio ao inventário e catalogação de peças pertencentes ao acervo museológico do Palácio Nacional da Pena e do Palácio Nacional de Sintra, com capacidade para ser utilizada noutros polos;
- aplicação de apoio ao inventário de mercadorias, por leitura de código de barras e ligação direta à plataforma de gestão da empresa, agilizando assim o tradicionalmente moroso processo de inventário das mercadorias nos diversos armazéns e espaços de loja, e minimizando a probabilidade de erro durante este processo;
- foi contratada uma *gateway* de pagamentos por via eletrónica, nomeadamente, cartões bancários e outras formas inovadoras de recebimentos, permitindo assim, por um lado, reduzir as despesas com comissionamento e, por outro, ter maior autonomia na análise de situações relacionadas com este tipo de recebimentos, cada vez mais utilizados pelo público, bem como obter os relatórios necessários à atividade de gestão corrente, uma vez que se passou a dispor de um acesso direto ao *back office* associado a esta *gateway*. Atinge-se, assim, um objetivo da Administração, que é diminuir os recebimentos em “cash”;
- foram instalados nas lojas e cafetarias visores para cliente. Estes dispositivos permitem ao cliente visualizar os preços dos produtos ou serviços, facilitando a comunicação dos mesmos;
- para cumprimento da obrigação legal de adesão à plataforma de livro de reclamações eletrónico, foram realizadas as diligências necessárias para a sua colocação em funcionamento;
- a PSML foi um dos parceiros da iniciativa “The Journey” (em conjunto com o Turismo de Portugal, o Grupo Barraqueiro, a UNICRE e os Hotéis Vila Galé), que teve como promotor a Beta-i, incubadora de empresas na área do turismo. A Direção Informática participou no *bootcamp* promovido entre parceiros e *startups* participantes, com o objetivo de identificar entre os participantes oportunidades de inovação tecnológica passíveis de aportar valor à PSML;
- Implementado e em produção o sistema de Bilhética nos vários canais de venda da PSML (Bilhética On-line, Site de agências, Quiosques de venda automática e Bilheteiras).

No ano de 2021, a PSML concluiu a configuração do Sistema de Firewall e Segurança da infraestrutura em termos de acesso a sites alojados, estendendo-a a sites HTTPS, permitindo disponibilizar os mesmos externamente de forma segura. Foi ainda dado início à implementação da funcionalidade de “SSL inspection”, de forma a tornar mais eficazes os mecanismos de deteção de ameaças.

Deu-se continuidade à evolução da cobertura WiFi dos diversos espaços da empresa, quer através da colocação de novos pontos de acesso (AP) em locais que ainda não dispunham deste serviço, quer através da substituição de AP já obsoletos.

No âmbito da reorganização da rede de comunicações, procedeu-se à instalação de vários acessos de fibra ótica, sendo de destacar o acesso de securização Pena-Queluz no interior do Palácio Nacional da Pena, que permite dotar um acesso à rede mais resiliente no Palácio Nacional da Pena.

No Palácio Nacional de Queluz, foi instalado um circuito de acesso Internet de alto débito (1 Gbps). Este acesso pretende, numa fase inicial, permitir a disponibilização, em eventos a decorrer no Palácio para os quais tal seja necessário ou conveniente, de uma ligação Internet dedicada e de alto desempenho, permitindo assim videoconferência e *streaming* em vários canais simultâneos. Poderá, no futuro, tirando partido da nova topologia, constituir uma forma, quer de redundância quer de complemento ao acesso Internet similar, existente em Monserrate, que suporta atualmente toda a empresa.

Em termos de servidores internos, iniciou-se um processo de otimização dos mesmos, com objetivos de consolidação e otimização de desempenho, através da criação de servidores com versões atualizadas de sistema operativo e demais plataformas envolvidas, seguindo-se a migração para os mesmos das aplicações deles dependentes. Procedeu-se, assim, à criação de novos servidores de bases de dados (tecnologia SQL Server) e de serviços web (tecnologia Microsoft IIS).

No que diz respeito aos servidores de bases de dados, foram criados servidores de qualidade e de produção, separando assim estes dois tipos de uso. Estes servidores foram configurados com versões atualizadas do Windows Server 2019 e do SQL Server 2019.

Por forma a precaver os riscos inerentes à migração para os novos servidores, foram planeados testes preliminares, recorrendo para tal a uma máquina virtual Windows 10 criada para este efeito, e cuja utilidade se manterá enquanto parte integrante do ambiente de testes agora criado. Foi ainda promovido um conjunto de pequenas sessões com os vários fornecedores, de modo a contextualizá-los sobre o *upgrade* e obter informação sobre compatibilidade e pontos a acautelar.

As bases de dados foram colocadas em produção no servidor de SQL Server de uma forma faseada e sempre com o conhecimento e apoio dos diversos fornecedores. Todo o processo foi acompanhado por uma equipa de DBA (*database administrators*) especializados.

Quanto ao novo servidor Windows/IIS, teve como finalidade imediata o alojamento do novo sistema de bilhética, suportando todas as suas componentes aplicacionais, bem como os sites de venda ao público tanto na vertente B2B como B2C.

Foi ainda criado um servidor web interno baseado em Linux, que passou a acolher o antigo site da PSML, bem como o futuro site da EPAE.

Foi efetuada a análise funcional e utilização das ferramentas Teams e OneDrive, da Microsoft, e a análise toda a informação em articulação com os respetivos *owners*. Foram desenvolvidos contactos com os departamentos para compreensão e utilidade das equipas criadas. Foi realizada uma sensibilização para uma gestão

mais eficiente dos dados colaborativos e definidos os requisitos para operacionalizar uma gestão eficiente por utilizador, departamento e projeto.

O projeto Bilhética tem uma componente de *BackOffice*, onde a PSML pode parametrizar os bilhetes a comercializar. Para otimizar o circuito de criação de Bilhetes, foi criado um procedimento de criação de bilhetes, baseado em Teams, em que é iniciado pela equipa que tem a necessidade, e as restantes são convocadas ao longo do processo, de forma a que a equipa de criação de bilhetes possa efetuar a criação no sistema com toda a informação necessária. A instalação do *software* nas Bilheteiras envolveu também a aquisição e configuração de novo *hardware*, pois o existente, pelas suas características e início de obsolescência, não dava garantias de desempenho adequado para o novo sistema.

No âmbito do apoio à visitação em suporte digital, estendeu-se a plataforma de visitas áudio CloudGuide aos Palácios da Pena, Queluz e Monserrate e ao Conventos dos Capuchos, perfazendo um total de 5 Monumentos, e foram adicionados os idiomas em Espanhol e Francês. Esta solução foi totalmente integrada nos diferentes canais de venda *online* e *onsite* da PSML.

Também no âmbito do apoio à visitação, foi implementada a *app* "Sintra Palace Treasure Hunt" em ambos os sistemas operativos: Android e IOS, permitindo assim oferecer conteúdos lúdico-pedagógicos ao público mais juvenil do Palácio de Sintra.

No âmbito do Programa de apoio à inovação no sector do Turismo: The Journey 4.0., foram implementados 2 projetos-piloto: PenaQuest, para incentivar a descoberta e exploração do Parque da Pena e Parsempo, para analisar a real audiência dos conteúdos distribuídos *onsite* pelos canais de CorporateTV da PSML localizados em bilheteiras, lojas e Cafetarias. Neste âmbito foi redefinida a estratégia comunicacional e linha gráfica dos conteúdos deste sistema, orientados para o aumento de receitas através de *cross* e *up-sell* de produtos e serviços.

Foram também estendidas as Linhas do Tempos Digitais para os Palácios da Pena, Queluz e Monserrate, perfazendo 4 monumentos disponíveis através do site da PSML.

Ainda no âmbito da visitação, mas alargada ao conhecimento dos índices de satisfação de visitantes e espetadores, foram criados inquéritos digitais permanentes multi-idioma de autopreenchimento junto ao final do percurso de visita dos 3 Palácios Nacionais, assim como inquéritos pontuais para todos os eventos e atividades promovidas pela PSML.

No âmbito do programa europeu "Entre Mnemosine e Terpsícore – Património e Dança Contemporânea para a promoção do pensamento crítico nos jovens", está incluído o desenvolvimento de uma *app* com recurso a Realidade Aumentada. Em 2021, foram especificados os requisitos base para o funcionamento desta solução nos Palácios de Sintra e Willanov em Varsóvia.

X. Avaliação do Governo Societário

1. Na Assembleia Geral para aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2020, realizada no dia 19 de março de 2021, foram atribuídas ao Conselho de Administração as seguintes recomendações do acionista Estado:

"O (...) acionista Estado pediu a palavra e votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e Contas relativas ao exercício de 2020, atenta à Certificação Legal das Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, recomendado ao CA que diligencie no sentido de: i) dar cumprimento ao disposto na RCM n.º 34/2008 de 22 de fevereiro; ii) dar cumprimento ao preceituado no n.º 3 do artigo 158º do Decreto-Lei da Execução Orçamental em vigor no que concerne às despesas com estudos, pareceres, projetos e consultoria."

2. A PSML tomou as diligências no sentido de dar cumprimento às recomendações do Acionista Estado. Assim sendo:
- i) O Prazo Médio de Pagamentos: foi sendo reduzido ao longo do ano, aproveitando a redução de atividade, mas, no primeiro e segundo trimestre, o acumular de quebras nas receitas e a incerteza financeira quanto ao prolongar a situação de Pandemia levou a que o PMP, no final do exercício de 2021, seja de 37 dias. Este valor também é resultado de um aumento, no terceiro e quarto trimestres de 2021, de aquisições de bens e serviços prestados durante o ano, que só terminaram em novembro e dezembro de 2021, altura em que foram rececionadas as faturas;
 - ii) No que respeita ao valor máximo de despesas com estudos, pareceres, projetos e consultoria este foi cumprido mensalmente, com uma despesa anual no montante de 108 mil euros.

PRÉMIOS E DISTINÇÕES:

World Travel Award

Atribuído à Parques de Sintra, na categoria "Melhor Empresa do Mundo em Conservação", pelo 9.º ano consecutivo. Considerados internacionalmente os "óscars do turismo", os *World Travel Awards* visam reconhecer, premiar e celebrar a excelência em todos os setores da indústria do turismo. Os prémios representam uma das distinções mais importantes que as empresas do ramo turístico podem receber, sendo a marca reconhecida globalmente como selo de qualidade. A votação é realizada pelo público em geral e por profissionais do Turismo.

EFFE 2019-2021

Atribuído à Temporada de Música da Parques de Sintra pela *European Festivals Association*, este é um selo de qualidade europeu que distingue festivais de artes especialmente dignos de nota, no que respeita ao seu papel na promoção das artes, no envolvimento da comunidade e na abertura internacional.

"Excellence Award" – Communicator Awards

Distinção internacional atribuída ao novo website da Parques de Sintra, no âmbito dos Communicator Awards da Academy of Interactive & Visual Arts (AIVA).

Prémio de "Mobile Excellence" nos Awwwards

Distinções concedidas ao novo ao novo website da Parques de Sintra pelos Awwwards (Awwwards Online SL), que reconhecem e promovem o inovação e boas práticas de web design.

Prémio Excelência BIM 2021

Promovido pelo BuiltCoLab e pela Comissão Técnica Nacional para a normalização do BIM - Building Information Modelling), na categoria "Gestão do Ambiente Construído", esta distinção foi atribuída ao projeto "Modelos BIM para gestão de informação e apoio a projetos, obras e manutenção de património construído para o Palácio Nacional de Sintra e Chalet da Condessa d'Edla".

Prémio Co-Inovação da Quidgest

Concedido à PSML pelo desenvolvimento e implementação do seu sistema de avaliação de desempenho e progressão de carreiras.

Prémio APOM na categoria de "Transporte de Património"

Promovido pela Associação Portuguesa de Museologia, este prémio foi atribuído à PSML pelo transporte do bufete da Sala dos Brasões do Palácio Nacional de Sintra para a Sala do Capítulo da Casa do Cabido da Sé do Porto.

Troféu de Engenharia da Ordem dos Engenheiros

Atribuído pelo Colégio de Engenharia Florestal da Ordem dos Engenheiros à PSML, pela relevância do seu trabalho florestal na Serra de Sintra ao longo das últimas décadas.

XI. ANEXOS DO RGS

Como anexos ao relatório da entidade, estão incluídos os seguintes documentos:

1. Conforme o disposto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, a PSML não elaborou *Demonstração não financeira* relativa ao exercício de 2020, uma vez que não é grande empresa e também não está classificada como empresa de interesse público, pois, à data do encerramento do seu balanço, tinha um número de colaboradores de 315, inferior ao limite do número médio de 500 trabalhadores durante o exercício anual estabelecido para a exigência da realização da *Demonstração não financeira* – cf. n.º 1 do mesmo artigo;
2. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de Administração em que foi deliberada a aprovação do RGS 2021;
3. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE;
4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.
5. Ata da reunião da Assembleia Geral de 19/03/2021, contendo a aprovação, por parte dos titulares da função acionista, dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2020.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



Florinda Sofia Augusto Cruz (Presidente)



Dorabela Baptista Gonçalves Chameca (Administradora)



José Lino Fonseca Ramos (Administrador)

ATA N.º 905

Aos 09 de março de 2022, pelas 15 horas, reuniu na sede social o Conselho de Administração da PARQUES DE SINTRA – MONTE DA LUA, SA, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Sintra, sob o número único de pessoa coletiva e matrícula número 505174839, com o capital social de dois milhões e quinhentos mil euros (doravante abreviadamente “Sociedade” ou “PSML”).

Encontravam-se presentes todos os Administradores nomeados, designadamente, a Presidente do Conselho de Administração Dr.ª Sofia Cruz, e os Vogais do Conselho de Administração Dr. José Lino Ramos e Dr.ª Dorabela Charneca, pelo que este órgão estava em condições de reunir e deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Ata n.º 904 de 25 de fevereiro de 2022

Foi a mesma aprovada por unanimidade.

PONTO DOIS: Renovação viaturas em regime aluguer operacional (AOV) - 19 viaturas – Proposta nº 00324/2022/DAF

O Conselho aprovou por unanimidade o pedido de abertura de procedimento, no valor total de 319.680,00€, assim como as peças do procedimento, o júri e o gestor do contrato.

PONTO TRÊS: Aquisição de artigos de economato, para os espaços Parques de Sintra – Refª nº 01058/2021/Gab. Segurança

Foi aprovada por unanimidade a adjudicação à empresa OHMTÉCNICA, Lda.. Foi ainda aprovada a minuta do contrato e delegada competência para assinatura na Dr.ª Sofia Cruz.

PONTO QUATRO: Poda de sebes de buxo nos jardins do Palácio Nacional de Queluz – Refª nº 00003/2022/DTPN

Foi aprovada por unanimidade a adjudicação à empresa Viamapa, S.A.. Foi ainda aprovada a minuta do contrato e delegada competência para assinatura na Dr.ª Sofia Cruz.

PONTO CINCO: Venda de madeira certificada de pinho – Proposta nº 01132/2020/DTPN

O Conselho aprovou por unanimidade a prorrogação do prazo contratual. Aprovou, ainda, o aditamento ao contrato delegando competência para assinatura na Dr.ª Sofia Cruz.

PONTO SEIS: Coordenação de segurança em fase de projeto e em fase de obra – Proposta nº 00051/2020/DTPN

O Conselho aprovou por unanimidade a prorrogação do prazo contratual. Aprovou, ainda, o aditamento ao contrato delegando competência para assinatura na Dr.ª Sofia Cruz.

PONTO SETE: Nomeação e celebração de contrato em regime de comissão de serviço

O Conselho aprovou a proposta de nomeação e celebração de contrato em regime de comissão de serviço com **João Filipe Martins de Carvalho**, com efeitos a 01/04/2022, nas seguintes condições:

Enquadramento Profissional: Carreira Coordenadores

Nível Remuneratório Nível 1

Direção: DDAV - Cafetarias

Aprovou, igualmente, a proposta de nomeação e celebração de contrato em regime de comissão de serviço com **Cláudia Virgínia Laureano de Almeida Moutinho**, com efeitos a 01/04/2022, nas seguintes condições:

Enquadramento Profissional: Carreira Diretores

Nível Remuneratório Nível 2

Direção: Direção Técnica – Património Natural

PONTO OITO: Relatório e Contas 2021

O Conselho aprovou por deliberação unanime o Relatório e Contas de 2021.

PONTO NOVE: Relatório de Governo Societário 2021

O Conselho aprovou por deliberação unanime o Relatório de Governo Societário de 2021.

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada, pelas 16.35 horas, e dela lavrada a presente ata assinada por todos os presentes.

Sofia Augusto Cruz

Dr^a Sofia Cruz

José Lino Ramos

Dr. José Lino Ramos

Dorabela Charneca

Dr^a Dorabela Charneca

AP

ATAS

Folha 23

Nº do livro 9492

ATA NÚMERO CINQUENTA E QUATRO

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, teve lugar na sua sede social, sita no Parque de Monserrate, em Sintra, a Assembleia Geral anual de dois mil e vinte e um, da Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A., (PSML), sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 505 174 839, com o capital social de 2.500.000€, tendo estado presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social: os direitos do Estado Português, como acionista detentor de 35% do capital, exercidos através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, devidamente representado pelo Dr. Luís Miguel Campos Dias Pereira (através de meios telemáticos), nomeado por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, de 1 de março de 2021 e de 18 de março de 2021, respetivamente; o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., detentor de 35% do capital, representado pelo Dr. Paulo Jorge de Melo Chaves e Mendes Salsa (através de meios telemáticos); o Turismo de Portugal, I.P., detentor de 15% do capital, representado pelo Dr. Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves; e a Câmara Municipal de Sintra, detentora de 15% do capital, representada pela Dra. Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (através de meios telemáticos), tendo os respetivos documentos de representação sido presentes ao presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Paulo Jorge Duarte Gomes.-----

Presidiu aos trabalhos o presidente da Mesa da Assembleia Geral, tendo sido coadjuvado pela secretária, Dra. Ana Paula Fernandes dos Santos (através de meios telemáticos).-----

Estiveram, ainda, presentes na Assembleia Geral a presidente e os vogais do Conselho de Administração (CA) da PSML, respetivamente, Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz, Dra. Dorabela Batista Gonçalves Charneca e Dr. José Lino Fonseca Ramos, o Diretor Administrativo e Financeiro, Dr. Paulo Seixas da Fonseca, o presidente e os vogais do Conselho Fiscal (por meios telemáticos), respetivamente, Dr. Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira, Dra. Ana Rita Fernandes Pereira Aguiar Barreira e Dra. Maria de Fátima Pereira Vinagre, e o Revisor Oficial de Contas (igualmente por meios telemáticos), Dr. António Maria Velez Belém, representante da António Belém & António Gonçalves, SROC, Lda.-----

O presidente da Mesa da Assembleia Geral saudou os presentes, atestou que a Assembleia Geral foi regularmente convocada, ao abrigo do artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais, verificou a representatividade em cem por cento das participações do capital social e procedeu à leitura da ordem de trabalhos: -----

1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020;-----
2. Deliberar sobre a Proposta de aplicação de Resultados;-----
3. Deliberar sobre o Relatório do Governo Societário de 2020;-----
4. Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;-----

AP

ATAS

Folha **24**
Nº do livro **9492**

5. Proceder à eleição dos órgãos sociais para o triénio;-----
6. Deliberar sobre a alteração aos Estatutos da Sociedade, incorporando a atividade de transporte de passageiros com fins lucrativos;-----
7. Deliberar sobre a Nota Informativa relativa aos impactos da Pandemia COVID-19 no exercício de 2020 e na previsão de atividade da Sociedade para 2021;-----
8. Deliberar sobre a situação financeira e de tesouraria da Sociedade, nomeadamente, sobre a contratualização de financiamento bancário.-----

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, "Deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020", o presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra à Senhora presidente do CA, que efetuou uma sucinta apresentação da atividade da empresa em 2020, considerando que o Relatório de Gestão e Contas deste exercício apresenta fortes quebras face ao ano anterior.-----

Começou por referir que em 2019 houve cerca de 3.700.000 (três milhões e setecentos mil) visitantes e que em 2020, face à situação pandémica ocorrida, houve apenas 730.000 (setecentos e trinta mil) visitantes, salientando, no entanto que, nos primeiros dois meses e meio do ano registaram algum incremento na visitaçao e na receita, face ao período homólogo, ciclo que foi totalmente interrompido pelo encerramento das instalações da empresa, decretado pelo Governo, e pela retoma muito lenta, em virtude do fecho das fronteiras, levando ao decréscimo no número de entradas, na ordem dos 80% face ao ano anterior.-----

Foi destacado o bom desempenho das equipas da empresa, nomeadamente no que diz respeito ao investimento, referindo que, existindo no histórico da empresa uma crítica, nomeadamente por parte da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), quanto à baixa taxa de execução dos procedimentos, no âmbito da contratação pública, houve um esforço muito significativo para, logo no início do ano, lançarem os necessários procedimentos e garantirem a sua execução, tendo havido 7.700.000,00 € (sete milhões e setecentos mil Euros) em investimento, face aos 9.000.000,00 € (nove milhões de Euros) em 2019, com uma redução de 53% face ao previsto no Plano de Atividades. Com a pandemia, e o conseqüente encerramento das instalações, o CA tomou imediatamente medidas para conter o investimento futuro e as despesas suscetíveis de serem adiadas, suspensas ou até canceladas. Todavia, os procedimentos da contratação pública, uma vez adjudicados, não são fáceis de reverter. Mais salientou que todo o investimento efetuado é relativo à prevenção florestal e à inadiável conservação de todo o património cultural, e resultante das mesmas adjudicações celebradas no primeiro trimestre. Este argumento aplica-se também ao plano de investimentos a apresentar, e a rever, para 2021, tratando-se única e exclusivamente de investimentos que não podem ser adiados, em virtude do estado de conservação dos edifícios, sob pena de desperdiçar o trabalho já prosseguido nos anos anteriores, nomeadamente no que diz respeito a infiltrações, problemas nos sistemas de águas, esgotos, e os 1.200 (mil e duzentos) hectares de floresta, que são geridos pela PSML, e que não sofreram qualquer redução no investimento feito, uma vez que o risco de incêndio existiu em 2019, em 2020, e continuará a existir em 2021. Nesta decorrência, é o Relatório de Gestão que o CA submete à consideração dos Senhores acionistas, encontrando-se disponíveis para prestar mais esclarecimentos sobre algum projeto em específico.-----

ATAS

Folha 25

Nº do livro 9492

Seguidamente, o presidente da mesa da assembleia geral deu a palavra ao presidente do Conselho Fiscal, que, em nome deste órgão, saudou todos os presentes, referindo que, em conformidade com o relatado pela Senhora presidente do CA, o ano de 2020 foi um ano muito difícil para a Sociedade, realidade que, aliás, é espelhada no Relatório de Gestão e Contas, ressaltando o esforço do CA no sentido de, não obstante o quadro de adversidade vivido, conseguir alcançar, com a maior eficiência possível, os objetivos propostos.-----

Seguidamente, o presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra aos Senhores representantes dos acionistas da PSML.-----

A representante do acionista Câmara Municipal de Sintra pediu a palavra para efetuar uma pequena intervenção, começando por referir que as contas apresentadas pela Senhora presidente do CA estão tecnicamente corretas, e que espelham a realidade, face à situação pandémica vivida, manifestando tristeza face ao decréscimo da atividade de uma grande empresa, como é a PSML. Mais referiu que, em 2019 as vendas foram de cerca de 36.000.000,00 € (trinta e seis milhões de Euros) e em 2020 foram de 7.000.000,00 € (sete milhões de Euros); a caixa e os depósitos bancários em 2019 foram de cerca de 14.000.000,00 € (catorze milhões de Euros) e em 2020 passaram para 1.200.000,00 € (um milhão e duzentos mil Euros), não existindo disponibilidades financeiras. Saliou que o investimento efetuado foi o que estava em curso, com esforço, face à falta de meios, e atentos os empréstimos contraídos em 2020, atestando os resultados líquidos esta realidade, ou seja, em 2019 houve 10.000.000,00 € (dez milhões de Euros) positivos e em 2020 existem 9.000.000,00 € (nove milhões de Euros) negativos. Embora se vislumbre a fragilidade da empresa, face à pandemia, certamente recuperará rapidamente, quando a realidade puder voltar à normalidade, reconhecendo a situação difícil em que a empresa se encontra, atualmente, pelo que votará favoravelmente as contas.-----

O representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., pediu, igualmente, a palavra, cumprimentou todos os presentes e reiterou o quanto a pandemia afetou o normal funcionamento da Sociedade, espelhando o Relatório de Gestão e Contas apresentado esta realidade. Mais referiu que, na linha do já explicitado pela Senhora presidente do CA da PSML, estando em curso contratos e expectativas para com os fornecedores, não existe nenhum mecanismo que permita a sua paragem ou a sua suspensão, para atenuar os efeitos na tesouraria e nos resultados. Assim, lamentando a atual situação vivida, acompanhará a aprovação do Relatório de Gestão e Contas, reflexo da pandemia que assola o país.-----

O presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou este ponto à votação.-----

O representante do acionista Estado pediu a palavra e votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2020, atenta a Certificação Legal das Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, recomendando ao CA que diligencie no sentido de: i) dar cumprimento ao disposto na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro; ii) dar cumprimento ao preceituado no n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental em vigor, no que concerne às despesas com estudos, pareceres, projetos e consultoria.-----

Ainda no âmbito do ponto um, a Senhora presidente do CA pediu a palavra para efetuar um breve esclarecimento, relativamente às duas recomendações emitidas pelo acionista Estado, informando que, relativamente ao prazo de pagamento, era objetivo da empresa, no início de 2020, ter um prazo médio de pagamento de 30 (trinta) dias, que estava a ser cumprido. No

5
AP

ATAS

Folha 26

Nº do livro 9492

entanto, em virtude da pandemia, e no último trimestre do ano, relativamente às faturas que entraram só em dezembro, esse prazo resvalou para 44 (quarenta e quatro) dias. Houve, no entanto, um esforço significativo ao longo do ano, para dar cumprimento àquele prazo. No que concerne às despesas com estudos, pareceres, projetos e consultoria, também houve um esforço da empresa no sentido da sua diminuição. Todavia, foram contratações feitas no início do ano, para fundamentar o investimento efetuado, pois as intervenções no património cultural não são efetuadas sem os devidos pareceres, consultorias, análises arqueológicas e de estrutura, e que tiveram que ser assumidos, dado já estarem contratualizados. Salientou que esta recomendação se encontra devidamente assinalada e que será feito todo o esforço para o seu cumprimento.-----
Foi deliberada por unanimidade a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2020, atentas as recomendações efetuadas pelo acionista Estado e os esclarecimentos subsequentes prestados pela Senhora presidente do CA.-----
Entrando no ponto dois da ordem de trabalhos, "Deliberar sobre a Proposta de aplicação de resultados", o presidente da Mesa deu a palavra à Senhora presidente do CA, que disse que a proposta de aplicação de resultados consta da página 62 do Relatório e Contas de 2020, propondo, relativamente ao exercício de 2020, que a totalidade do resultado líquido negativo de - 8.991.365,84 € (oito milhões novecentos e noventa e um mil trezentos e sessenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos) seja transferido para *resultados transitados*.-----
O senhor presidente da Mesa questionou a Assembleia quanto à eventual existência de uma proposta no âmbito deste ponto, para além da proposta apresentada pelo CA. Na ausência de propostas, colocou este ponto à votação.-----
O acionista Estado votou favoravelmente a proposta do CA, no sentido de que o resultado líquido apurado no exercício de 2020, no montante negativo de €, 8.991.365,84 € (oito milhões novecentos e noventa e um mil trezentos e sessenta e cinco euros e oitenta e quatro cêntimos), seja transferido integralmente para *resultados transitados*.-----
Foi aprovada por unanimidade a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo CA da PSMI.-----
Entrando no ponto três da ordem de trabalhos, "Deliberar sobre o Relatório do Governo Societário de 2020", a Senhora presidente do CA pediu a palavra para informar que o Relatório do Governo Societário era apresentado conjuntamente com o Relatório de Gestão e Contas, mas este ano existiu uma separação, tendo sido elaborado de acordo com o último manual da UTAM, que especifica todos os pontos, e que obedece à seguinte estrutura: síntese (sumário executivo); missão, objetivos e políticas; estrutura de capital; participações sociais e obrigações detidas; órgãos sociais e comissões; organização interna; remunerações; transações com partes relacionadas ou interessadas; análise da sustentabilidade; avaliação do Governo Societário; anexos. Trata-se apenas de uma nova forma de apresentar os mesmos dados, que em regra já eram dados a conhecer aos acionistas, seguindo esta autonomização e o manual estabelecido pela UTAM.-----
O Senhor presidente da Mesa da Assembleia Geral questionou os representantes dos acionistas se pretendem efetuar alguma intervenção sobre este ponto.-----
O acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do RGS 2020.-----
Foi o ponto três aprovado por unanimidade.-----

J
AP

ATAS

Folha 27

Nº do livro 9492

Passando ao ponto quatro da ordem de trabalhos "Proceder à apreciação Geral da Administração e Fiscalização da Sociedade", aos Senhores representantes dos acionistas foi perguntado se pretendiam formular alguma proposta relativamente a este ponto.-----

O acionista Estado propôs, pretendendo votar favoravelmente, nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, um voto de confiança no CA e em cada um dos seus membros, bem como no órgão de fiscalização, designadamente, no Conselho Fiscal e em cada um dos seus membros e no Revisor Oficial de Contas.-----

Colocada a proposta apresentada pelo acionista Estado à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

Passando ao ponto cinco da ordem de trabalhos, "Proceder à eleição dos órgãos sociais para o triénio", o presidente da Mesa da Assembleia Geral questionou os representantes dos acionistas sobre a existência de alguma proposta neste âmbito.-----

O acionista Estado, considerando que não se encontram nesta data reunidas as condições necessárias para se proceder à deliberação sobre este ponto da ordem de trabalhos, propôs e deliberou favoravelmente que a matéria em apreço seja objeto de deliberação em próxima Assembleia Geral a convocar para o efeito.-----

A representante do acionista Câmara Municipal de Sintra apresentou uma outra proposta, não obstante se encontrar em posição minoritária, no sentido de permanecerem os mesmos membros, tendo em conta o voto de confiança acabado de dar pelo acionista Estado, aceitando, no entanto que este assunto venha a ser deliberado numa próxima reunião.-----

O representante do acionista Estado esclareceu que não se encontram reunidas as condições, pois são necessárias autorizações da CRESAP, quanto aos membros do CA, bem como quanto à Mesa, sendo que um dos membros (secretária) renunciou.-----

Questionado o representante do Estado pelo Senhor presidente da Mesa da Assembleia Geral se não cogita que a deliberação possa vir a ser efetuada por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), até pela situação pandémica em que nos encontramos, o representante do Estado salientou que a DUE já corresponde à realização de uma Assembleia, podendo a deliberação ser efetuada quer por Assembleia Geral quer por DUE.-----

O representante do acionista Turismo de Portugal, I.P., expressou o entendimento de que a deliberação a tomar deverá ser através de Assembleia Geral. Igualmente o representante do acionista Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., expressou o mesmo entendimento, pois pela importância do próprio ato, não deve ser deliberado por escrito mas em Assembleia Geral.-----

Foi a proposta apresentada pelo acionista Estado colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Entrando no ponto seis da ordem de trabalhos "Deliberar sobre a alteração aos Estatutos da Sociedade, incorporando a atividade de transporte de passageiros com fins lucrativos", foi dada a palavra à Senhora presidente do CA, que disse que em situação de pandemia e face à quebra de receita, em que a maior percentagem era obtida através das bilheteiras, o CA procurou rentabilizar todos os ativos já existentes na PSML (9 viaturas, 5 transferes-minicarros e 3 "hop-on/hop-off" - autocarros abertos para fazer a circulação de pessoas entre os Parques), sendo intenção do CA solicitar autorização ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., para

ATAS

Folha 28

Nº do livro 9492

fazer o transporte de passageiros com fins comerciais e, assim, rentabilizar estes ativos (8 motoristas, 9 viaturas). Mais informou que atualmente estas viaturas fazem o transporte dos colaboradores e o transporte dentro dos Parques. Até ao início da pandemia, a intenção da empresa, ao ceder este serviço de forma gratuita, era garantir a dispersão dos visitantes pelo Parque, não os concentrando nas entradas e saídas dos Palácios. No entanto, a pandemia veio destruir o Turismo em massa, entendendo o CA rentabilizar de forma eficiente estes recursos, acrescentando esta receita à já débil receita de 2020. Informou ainda que, feita a simulação, permitiria já em 2021 obter uma receita de perto de 112.000,00 € (cento e doze mil Euros), existindo, assim, a necessidade de tratar de todo o processo junto daquele Instituto, sendo que um dos pressupostos é que no objeto social da empresa esteja expressamente previsto o transporte de passageiros com fins lucrativos. E daí a presente proposta do CA, que apresenta aos acionistas, de aditamento ao artigo 4.º dos Estatutos da Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A., aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/2000, de 2 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 292/2007, de 21 de agosto, e 205/2012, de 31 de agosto, a atividade de transporte de passageiros com fins comerciais. Assim, onde se lê,

"Artigo 4.º"

Objeto

A sociedade tem por objeto a recuperação, requalificação e revitalização, gestão, exploração e conservação de todas as áreas, designadamente os parques e demais zonas envolventes que lhe venham a ser atribuídos ou afetos, bem como todas as atividades conexas ou afins ao objeto principal"

Deverá passar a ler-se:

"Artigo 4.º"

Objeto

A sociedade tem por objeto a recuperação, requalificação e revitalização, gestão, exploração e conservação de todas as áreas, designadamente os parques e demais zonas envolventes que lhe venham a ser atribuídos ou afetos, bem como todas as atividades conexas ou afins ao objeto principal, nomeadamente, o transporte de passageiros com fins lucrativos".

O presidente da Mesa da Assembleia Geral questionou os representantes dos acionistas sobre a existência de alguma proposta, inexistindo qualquer proposta por parte dos mesmos.-----

O representante do acionista Estado votou favoravelmente a proposta apresentada pelo CA, na medida em que se trata de uma atividade conexas com o atual objeto da sociedade, não implicando investimento adicional, apresentando-se com potencial para acrescentar valor.-----

Foi a proposta apresentada pelo CA empresa aprovada por unanimidade.-----

Por último, entrando no ponto sete da ordem de trabalhos "Deliberar sobre a Nota Informativa relativa aos impactos da Pandemia COVID-19 no exercício de 2020 e na previsão de atividade da Sociedade para 2021", foi dada a palavra à Senhora presidente do CA, que, no uso da mesma, disse que o CA efetuou várias reuniões com os acionistas, previamente à realização da presente Assembleia Geral, e que uma das preocupações demonstradas por alguns foi que os indicadores utilizados para realizar o plano de investimentos 2021-2023 já estavam desatualizados. Pelo que importa apresentar indicadores mais realistas, em virtude do novo encerramento decretado à empresa, em janeiro de 2021, condicionando as previsões de retoma, o que fez com que os

ATAS

Folha 29

Nº do livro 9492

indicadores que no ano passado utilizaram de uma retoma no segundo semestre resvalassem para uma retoma muito leve a partir do segundo semestre, tendo neste momento conhecimento que a reabertura das instalações se prevê para o dia 5 de abril. A receita estimada para 2021 era de 16.000.000,00 € (dezasseis milhões de Euros) e agora estima-se em 5,300.000,00 € (cinco milhões e trezentos mil Euros). Salientou a quebra de receita acima dos 80% e o despoletar, logo em 2020, de cortes na despesa e no investimento, que foram conseguidos com a diminuição de água, eletricidade, conservação e reparação, deslocações e estadias, ferramentas de desgaste rápido, frota, limpeza, programação cultural e feiras que deixaram de se realizar, menos publicidade, menos comissões bancárias, e os trabalhos especializados, que representaram uma redução de cerca de 1.000.000,00 € (um milhão de Euros), bem como o trabalho temporário, reduzido atualmente a 10 (dez) pessoas, que estima que assim se mantenha em 2021. Ainda assim, a quebra de despesas, na ordem dos 30%, não acompanhou a quebra da receita. Mais informou que a empresa tem um desequilíbrio significativo no seu fundo de mancio, tendo estimado este mecanismo de equilíbrio de tesouraria de curto prazo até ao final do primeiro semestre de 2022, prevendo uma retoma a partir do segundo semestre, mas, face ao desconhecimento da "velocidade" da retoma, e se esta permitirá assegurar o cumprimento das despesas fixas da empresa, entende o CA solicitar de imediato autorização para a verba que considera necessária, até à Assembleia Geral subsequente, e aí analisar com os acionistas, novamente, a realidade económico-financeira da empresa. Consequentemente, a proposta do CA é de realizar 2 (dois) novos empréstimos, num valor global de 15.000.000,00 € (quinze milhões de Euros), sendo que 7.000.000,00 € (sete milhões de Euros) serão contratados a médio e longo prazo e 8.000.000,00 € (oito milhões de Euros) em conta corrente caucionada, tendo em consideração a sazonalidade da atividade da empresa e a velocidade da retoma, difícil de estimar atualmente. Desta feita, e após consulta a várias entidades bancárias, o BCP foi a que apresentou a melhor oferta para os dois empréstimos, com as melhores taxas, tendo o IGCP (Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.) dado o seu parecer, no sentido de considerar que o BCP apresenta a melhor oferta, com taxas muito competitivas, face à realidade atual. E é com base nas previsões elencadas que apresentam aos Senhores acionistas este mecanismo de equilíbrio da tesouraria, no valor global dos referidos 15.000.000,00 € (quinze milhões de Euros), nos termos que discriminou.

Seguidamente, foi dada a palavra aos representantes dos acionistas.

-A representante do acionista Câmara Municipal de Sintra pediu a palavra e, no seu uso, disse que, atentos os problemas de tesouraria, com disponibilidade no início de 2021 de 1.000.000,00 € (um milhão de Euros), custos com pessoal na ordem dos 6.000.000,00 € (seis milhões de Euros), investimentos em curso para pagar e custos de funcionamento fixos, terá que haver, necessariamente, o recurso a empréstimos. Manifestou, no entanto, a esperança de que a situação pandémica em que vivemos termine, para que a empresa rapidamente possa retomar a sua atividade e liquidar os empréstimos, embora o ano de 2021 se augure um ano difícil, prevendo a empresa um prejuízo de cerca de 13.000.000,00 € (treze milhões de Euros), a acrescentar aos resultados transitados. Deseja que a situação em 2022 melhore, pois 3 (três) anos consecutivos de prejuízos poderá ter implicações para a Sociedade, nos termos estatuídos pelo Código das Sociedades Comerciais, levando à reflexão por parte dos acionistas das medidas a tomar.

J AP

ATAS

Folha **30**

Nº do livro **9492**

nomeadamente, o recurso ao aumento de capital.

O representante do acionista Estado pretendeu usar da palavra para fazer uma declaração e uma proposta, relativamente ao ponto sete, nos seguintes termos: "Tendo sido analisada a Nota apresentada pelo CA sobre os impactos da pandemia no exercício de 2020 e as perspetivas para 2021, o acionista Estado declara considerar que aquele documento permite uma visão suficientemente detalhada dos efeitos verificados, que conduziram a uma quebra da atividade e das receitas em cerca de 80%, considerando também ter ficado com dados relevantes sobre as perspetivas para 2021 e 2022, as quais justificam a necessidade de ajustamentos significativos nos IPG's para os próximos exercícios, com particular impacto na estrutura patrimonial, como efeito dos prejuízos verificados e estimados, e em consequência na capacidade de autofinanciamento, mesmo com a redução prevista ao nível do investimento. Assim, o acionista Estado continuará a acompanhar com proximidade a evolução da situação da sociedade, atendendo ao contexto de grande incerteza que ainda perdura, e insta a administração a adotar todas as medidas e a procurar todas as vias que possam contribuir para minimizar os efeitos negativos da atual situação, ao mesmo tempo que deverá assegurar as condições indispensáveis para que a empresa possa corresponder de forma eficaz ao início da retoma da sua atividade, que se espera gradual, mas que se deseja ocorra o mais cedo possível. Neste sentido, o acionista Estado propõe e vota favoravelmente que, com a apresentação da referida Nota Informativa, seja considerada cumprida a solicitação efetuada pela DUE de 3 de fevereiro."

Foi colocada à votação a proposta formulada pelo acionista Estado, tendo sido aprovada por unanimidade.

Face ao exposto pelo acionista Estado, a Senhora presidente do CA pediu a palavra para fazer umas breves notas, informando que o CA continua a acompanhar e a tomar todas as medidas e a procurar soluções para resolver o desequilíbrio da tesouraria, nomeadamente, com o recurso em 2021 ao Lay-off simplificado, por força da alteração ao diploma que o prevê, e que permitiu que a PSMI fosse elegível para este benefício, contrariamente a 2020, tendo recebido, em fevereiro do corrente ano, cerca de 122.000,00 € (cento e vinte e dois mil Euros) mensais em apoios da Segurança Social, e que se prevê que ocorra também em março, a que acresce a isenção de Taxa Social Única, sendo este mais um benefício económico. E, ainda, apoios do Fundo Ambiental, para a limpeza à floresta, no valor de 400.000,00€ (quatrocentos mil Euros), na sequência de um Protocolo que irá ser assinado em abril. Continua o CA atento a todas as medidas que vão surgindo da Administração Central, tentando obter a maximização da diminuição das despesas, continuando a reduzir a frota automóvel, otimizando os recursos disponíveis, inclusivamente reduzindo o número de animais, controlando, nomeadamente, o número de cavalos existentes, tanto na Escola Portuguesa de Arte Equestre como nas Quintas Pedagógicas existentes na serra de Sintra, levando, assim, à diminuição de custos com alimentação, veterinário, entre outros, não imediatos, mas significativos. Mais referiu continuar a empresa a emitir os Relatórios trimestrais sobre a sua situação financeira, analisados pelo Conselho Fiscal, que elabora o competente parecer. Manifestou, por fim, a disponibilidade para, caso o acionista Estado considere necessário, instituir mais algum mecanismo de controlo.

Avançando para o ponto oito "Deliberar sobre a situação financeira e de tesouraria da Sociedade, nomeadamente, sobre a contratualização de financiamento bancário", foi dada a

8

8

ATAS

Folha **31**

Nº do livro **9492**

palavra à presidente do CA, que explicou que tinha uma proposta genérica de contratualização bancária, no momento da convocatória para a presente Assembleia Geral, e que neste momento se encontra mais concreta, após os formalismos entretanto decorridos, e que se traduz na contratualização de 15.000.000,00 € (quinze milhões de Euros) de empréstimo ao BCP, nas seguintes modalidades: 7.000.000,00 € (sete milhões de Euros) de empréstimos a médio e a longo prazo e 8.000.000,00 (oito milhões de Euros) em conta corrente caucionada, tendo esta proposta sido aprovada pelo IGCP.-----

Dada a palavra aos representantes dos acionistas, o representante do acionista Estado disse o seguinte: "Atenta a situação previsionial que decorre dos documentos de prestação de contas de 2020 e da Nota Informativa abordada no número anterior, o acionista Estado votar favoravelmente a possibilidade de virem a ser contratadas linhas de crédito nos moldes propostos pelo Conselho de Administração, até ao limite de 15.000.000,00 (quinze milhões de Euros), uma vez observado o disposto no artigo 29.º do RJSPE."-----

Colocado à votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.-----

A Senhora Presidente do CA, tendo em conta a necessidade de realizar uma nova Assembleia Geral, sugeriu que a mesma venha a ter lugar no Auditório de Queluz, de forma a assegurar um maior distanciamento das pessoas, garantindo, assim, a sua realização de forma presencial.-----

Inexistindo quaisquer outros assuntos, e por nenhum dos presentes pretender usar da palavra, foi a Assembleia Geral dada por concluída e encerrada, pelas onze horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente ata, que, depois de lida e conferida, vai ser assinada pelos membros presentes da Mesa desta Assembleia.-----

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,



Dr. Paulo Jorge Duarte Gomes


A SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,



Dra. Ana Paula Fernandes dos Santos

Lista de presenças dos acionistas presentes na assembleia geral anual de dois mil e vinte e um da Parques de Sintra-Monte da Lua, S.A., realizada no dia 19 de março de 2021, pelas 10h00m (artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais)

Capital Social - 2.500.000,00 €

Acionista	Representante do acionista	Número, categoria e valor nominal das ações			Percentagem da participação	Assinatura
		Títulos	Val. Nominal Unitário	Valor Nominal		
Estado Português	Dr.º Luis Miguel Campos Dias Pereira	87.500	10,0	875.000	35%	Não assina porque participou via Teams
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	Dr.º Paulo Jorge de Melo Chaves e Mendes Salsa	87.500	10,0	875.000	35%	Não assina porque participou via Teams
Turismo de Portugal, I.P.	Dr.º Nuno Miguel Ribeiro da Silva Alves	37.500	10,0	375.000	15%	
Câmara Municipal de Sintra	Dra. Maria Piedade de Matos Pato Mendes	37.500	10,0	375.000	15%	Não assina porque participou via Teams

Unidade: Euro

O presidente da mesa da assembleia geral

Paulo Jorge Duarte Gomes

A secretária da mesa da assembleia geral

Ana Paula Fernandes dos Santos

(Não assina porque participou via Teams)

Paulo Fonseca

De: José Lino Ramos
Enviado: 5 de março de 2020 13:13
Para: Paulo Fonseca
Assunto: FW: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

De: Deveres de Informação dos Gestores Públicos <paznunes@igf.gov.pt>
Enviado: 3 de abril de 2019 12:48
Para: José Lino Ramos <linoramos@parquesdesintra.pt>
Assunto: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Exm^o(^a) Sr.(a)

Este email confirma que completou o formulário intitulado Deveres de informação dos gestores públicos relativo à entidade **Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.** e que foi gravado com sucesso.

Se tiver outras perguntas ou duvidas relacionadas com este assunto, por favor, contacte Deveres de Informação dos Gestores Públicos através do endereço electrónico paznunes@igf.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos,



Paulo Fonseca

Handwritten initials/signature

De: Sofia Cruz
Enviado: 1 de abril de 2019 15:23
Para: Paulo Fonseca
Assunto: FW: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Para seu conhecimento

Sofia Cruz
Presidente do Conselho de Administração
Tel.: +351 21 923 73 01 Tlm.: +351 96 927 92 52
sofiacruz@parquesdesintra.pt

Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.
Parque de Monserrate 2710-405 Sintra
www.parquesdesintra.pt / www.facebook.com/parquesdesintra
Pense Sintra, não imprima este email



De: Deveres de Informação dos Gestores Públicos [mailto:paznunes@igf.gov.pt]
Enviada: quarta-feira, 21 de novembro de 2018 14:44
Para: Sofia Cruz
Assunto: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Exm^o(^a) Sr.(a)

Este email confirma que completou o formulário intitulado Deveres de informação dos gestores públicos relativo à entidade Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. e que foi gravado com sucesso.

Se tiver outras perguntas ou duvidas relacionadas com este assunto, por favor, contacte Deveres de Informação dos Gestores Públicos através do endereço electrónico paznunes@igf.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos,

Paulo Fonseca

*Il
ou*

De: Dorabela Charneca
Enviado: 1 de abril de 2019 15:20
Para: Paulo Fonseca
Assunto: FW: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Dorabela Charneca
Administradora

Tel.: +351 21 923 73 02 Tlm.: +351 93 626 50 36
dorabela.charneca@parquesdesintra.pt

Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.
Parque de Monserrate 2710-405 Sintra
www.parquesdesintra.pt / www.facebook.com/parquesdesintra

From: Deveres de Informação dos Gestores Públicos [mailto:paznunes@igf.gov.pt]
Sent: 29 de novembro de 2018 12:54
To: Dorabela Charneca <dorabela.charneca@parquesdesintra.pt>
Subject: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Exm^o(^a) Sr.(a)

Este email confirma que completou o formulário intitulado Deveres de informação dos gestores públicos relativo à entidade Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. e que foi gravado com sucesso.

Se tiver outras perguntas ou duvidas relacionadas com este assunto, por favor, contacte Deveres de Informação dos Gestores Públicos através do endereço electrónico paznunes@igf.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos,



AUTORIDADE DE AUDITORIA